edição eletrônica
Página 13
Nº XVI ■ 7/JAN/2011
UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

A mulher na direção

■ **Pará: de quem é a culpa?** Págs. 9 e 10

■ **Iriny toma posse defendendo protagonismo feminino** Pág. 3

Tribuna de Debates 2

1º Congresso da Articulação de Esquerda

páginas 16 a 30

EDITORIAL

O discurso feito, no Congresso Nacional, pela presidente Dilma Roussef, contém muitos pontos positivos, a respeito dos quais temos concordâncias, tais como a necessidade de implantar firmemente o Sistema Único de Saúde, a disposição de não sacrificar o crescimento, a política externa soberana etc.

Especificamente sobre a Ditadura Militar, Dilma afirmou o seguinte: "entreguei minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor."

Realmente, não há motivo para arrependimento. E ressentimento não tem nada que ver com justiça, com memória e com verdade. Só haverá democracia no Brasil quando houver o ajuste de contas com a Ditadura. Ajuste de contas que implica abertura dos arquivos, punição dos agentes da Ditadura que torturaram e assassinaram etc.

Isto posto, como apoiadores e integrantes do governo Dilma, nos sentimos na obrigação de analisar de maneira crítica o discurso de posse da Presidenta, indo além dos elogios. Sem pretensão de esgotar os temas, destacamos o seguinte:

1) Salvo engano, o discurso não faz menção ao analfabetismo, apesar da gravidade representada por este problema;

2) Segundo Dilma, "no ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do PROUNI para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade".

Não estamos de acordo com isto. O PROUNI representa renúncia fiscal. Há alternativas melhores.

3) Na questão da segurança pública, Dilma citou como exemplo a política adotada pelo governador Sérgio Cabral: "o estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo - quando necessário - a participação decisiva das Forças Armadas."

De nossa parte, continuamos pensando que, toda vez que as FFAA assumem poder de polícia, o resultado costuma ser muito ruim.

4) Finalmente, obviamente estamos de acordo com a idéia de elevar a qualidade de vida das classes trabalhadoras, especialmente através da ampliação da oferta de serviços públicos, salários e aposentadorias. Porém, há uma diferença importante entre a) aumentar o bem-estar das classes trabalhadoras e b) fazer do Brasil um país de classe média.

Na próxima edição de Página 13, faremos uma análise detalhada do discurso da presidenta Dilma Roussef.

Esta é a primeira edição de Página 13 no ano de 2011. Trata-se de uma edição eletrônica, junto com a qual circula a segunda Tribuna de Debates do Congresso da Articulação de Esquerda.

Ainda no mês de janeiro, publicaremos nova edição eletrônica. E em fevereiro voltaremos a publicar a edição em papel.

Página 13 é um jornal editado sob a responsabilidade da Articulação de Esquerda, uma das tendências existentes no Partido dos Trabalhadores. Entretanto, os artigos aqui publicados são de responsabilidade dos respectivos autores; e nosso espaço está sempre aberto para militantes de esquerda, petistas ou não.

AGENDA 2011

12 de janeiro, em Brasilia, reunião do secretariado nacional

14 a 17 de janeiro, no Rio de Janeiro, Coneb da UNE

22 de janeiro, em Brasília, reunião da direção nacional da AE

24 a 30 de janeiro, em Campo Grande, 6ª jornada nacional de formação da AE

25 de janeiro, data-limite para envio dos textos para o P13 eletrônico e também para a terceira Tribuna de Debates do Congresso da AE

5 de fevereiro, em Brasília, plenária de mulheres da AE

10 de fevereiro, aniversário do PT

18 e 19 de fevereiro, data e local ainda a confirmar, seminário da Esquerda Socialista

ABRIL: data limite para realização dos congressos municipais da AE

10 de abril, eleições presidenciais no Peru

JUNHO: data limite para realização dos congressos estaduais da AE

8, 9 e 10 de julho, Primeiro Congresso da AE

JUNHO, Congresso da UNE

16 a 18 de setembro, congresso extraordinário do PT

SETEMBRO, eleições presidenciais na Guatemala

OUTUBRO, eleições presidenciais na Argentina

NOVEMBRO, eleições presidenciais na Nicarágua

12 a 15 de novembro, congresso da JPT

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Durante a cerimônia de transmissão de cargo, Iriny elogiou o mandato da antecessora Nilcéa Freire e destacou a importância do engajamento do órgão com os movimentos sociais

Violência contra a mulher terá “tratamento decisivo”

A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Iriny Lopes, assumiu o cargo dizendo que vai continuar a dar “tratamento decisivo” ao enfrentamento à violência contra a mulher. “Não estamos começando nada novo, estamos dando continuidade, em um momento em que precisamos aprofundar e em um momento especial em que temos a primeira presidenta do Brasil”, disse.

Iriny Lopes assumiu no dia 3 de janeiro a SPM, aceitando o desafio da presidenta Dilma Roussef de erradicar a miséria no País. “É preciso acabar com a pobreza entre as mulheres”, afirmou. Segundo ela, o governo tem de criar creches para que as mães possam ir atrás do sustento da família. “Que mãe pode trabalhar e constituir sua autonomia econômica sem essa retaguarda? Os filhos são responsabilidade da mãe, do pai e do Estado”, declarou.
Iriny ainda prometeu trabalhar lado a lado com a sociedade civil organizada.

A transmissão do cargo foi marcada por muita emoção. Depois de agradecer o apoio durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a ex-ocupante da pasta, Nilcéa Freire, desejou sucesso à nova ministra. A ex-ministra Nilcéa Freire elogiou a atuação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher e de organizações da sociedade civil que, segundo ela, sempre mantiveram uma relação de respeito e autonomia com o órgão.

“Tivemos, nesses anos, uma relação fraterna de colaboração, que nos permitiu entrar na história com a Lei Maria da Penha, aprovada com o consenso e com a colaboração da ministra Iriny, que relatou a lei na Comissão de Constituição e Justiça”, destacou. ★

Combater a feminização da pobreza

Ane Cruz*

Dia 1º de janeiro de 2011 entrou para a história brasileira, por vários motivos. Mas principalmente porque mais de 30 mil brasileiros e brasileiras assistiram em Brasília a posse da 1ª Mulher Presidenta do Brasil, Dilma Roussef e em todos os lares e lugares os olhares se fixavam na imagem da primeira mulher a receber a faixa presidencial. É o início de uma nova era!

Neste mesmo dia, a Presidenta Dilma empossava seu Ministério, composto por nove mulheres. Entre elas está Iriny Nicolau Corres Lopes, 54 anos, deputada federal pelo Espírito Santo,reeleita em 2010 para seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados, agora Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Iriny Lopes à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres representará a mulher brasileira. Ela é conhecida por atuar na defesa dos direitos humanos, na luta dos direitos das mulheres, da população lgbt entre outros segmentos. Enquanto Deputada Federal foi a relatora da Lei Maria da Penha, também foi a primeira mulher a presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa, em 2005 e integrou o Conselho de Ética da Câmara.

Destacam-se outras mulheres no Ministério do Governo Dilma além de Iriny, são elas: Anna de Hollanda na Cultura, Helena Chagas na Comunicação Social, Ideli Salvati na Pesca e Aqüicultura, Izabella Teixeira no Meio Ambiente, Maria do Rosário nos Direitos Humanos, Mirian Belchior no Planejamento, Luiza Bairros na Igualdade Racial e Tereza Campelo no Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Iriny Lopes, assume a Secretaria de Políticas para as Mulheres com um Brasil de 191,8 mil habitantes, sendo que as mulheres representam 51,3% (98,4 milhões) e os homens 48,7% (93,4 milhões) segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ IBGE PNAD-2009, lançada em 2010 pelo IBGE. A mesma pesquisa aponta que estas mulheres estão vivendo mais que os homens e que a taxa de fecundidade representa 1,9 filhos.

É inegável o legado do Governo Lula, com a marca de um milhão de brasileiros e brasileiras saindo da pobreza em 2009, (PNAD-2009). Em 2003, o Brasil tinha 49 milhões de pobres, majoritariamente mulheres. Atualmente este total foi reduzido para 28,8 milhões de brasileiros e brasileiras saindo da pobreza se considerarmos pobres aqueles que ganham até 1/2 salário mínimo por mês. No que diz respeito ao mercado de trabalho as mulheres ainda têm um nível de ocupação menor que os homens, embora na última década este nível venha crescendo a desocupação é mais grave para as mulheres trabalhadoras. Ainda é real que as mulheres continuam ganhando menos que os homens, tanto que a razão do rendimento de trabalho mulher/homem foi de 67,1 em 2009.

Com Dilma Presidenta do Brasil e Iriny Lopes Ministra da Secretaria de Políticas paras as Mulheres os principais desafios serão o combate à feminização da pobreza e a erradicação da miséria a partir da autonomia, independência econômica e empoderamento das mulheres. Isto só será possível com a equidade nos salários entre homens e mulheres e mais postos de trabalho para as mulheres. ★

***Ane Cruz** é Coordenadora de Ações Preventivas da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Quem mexeu no meu queijo?

O aumento do número de veículos beneficiados com a publicidade oficial é um feito importante do governo Lula. Ele vai ao encontro de uma política de desconcentração do mercado de comunicação, desarmando uma base importante do modelo de financiamento das corporações midiáticas.

*Jonas Valente**

A pergunta, usada como título de manuais de auto-ajuda profissional, cabe perfeitamente à mais uma reação da mídia comercial contra o governo federal. O alvo: a diversificação dos investimentos publicitários oficiais. Nos oitos anos, o governo Lula aumentou levemente o total de recursos destinados para essa área. Considerados todos os órgãos da administração direta (ministérios, autarquias) e as empresas públicas (incluindo aquelas que concorrem no mercado), o volume saiu de 907,8 milhões em 2002 para 1,1 bilhão em 2010.

Mas a política adotada, capitaneada pela Secom, alterou significativamente o número dos contemplados com esse tipo de publicidade. Em 2003, o Executivo Federal anunciava em 499 veículos em 182 cidades. Em 2010, os números saltaram para 8.094 e 4.733, respectivamente. Um crescimento de 1.522 no universo de meios destinatários de propaganda oficial.

Os principais perdedores desse processo foram as corporações midiáticas. E a resposta veio com questionamentos em reportagens e colunas. “Quais são os 2.512 sites e blogs agraciados?”, perguntou a colunista Eliane Cantanhêde, levantando suspeitas. “Lula e sua equipe de comunicação não escondem a simpatia pelo novo meio digital. O presidente foi o primeiro a conceder uma entrevista exclusiva dentro do Planalto para o que a administração petista chama de ‘blogs progressistas’”, respondeu Fernando Rodrigues, no mesmo jornal.

O Blog do Planalto contestou o a colunista. Informou que entre os mais de 2 mil veículos da categoria outros, estão apenas 71 sites. “Registre-se ainda que 88% desses recursos foram aplicados em dez dos maiores portais do país, a saber: MSN, Uol, Globo.com, Terra, iG, Yahoo, Abril, Estadão, Valor Online e Folha.com.br. Nenhum deles pode ser incluído na categoria dos chamados “blogs sujos”. Estão mais próximos daquilo que alguns batizaram de ‘massa cheirosa’”

A crítica equivocada revela o medo das corporações midiáticas. O primeiro receio é a pulverização, que diminuiu os recursos para corporações midiáticas como a Folha de São Paulo. O segundo é o ascenso das mídias digitais, que fez com quem mídias como o jornal tenha sofrido uma queda na veiculação de propagandas governamentais de R$ 133 milhões em 2002 para R$ 100 milhões em 2010.

Queda semelhante foi experimentada pelas revistas, campo que era dominado por uma das principais opositoras ao governo: a Veja e seu grupo, a Editora Abril. Essa mídia experimentou uma redução dos investimentos em publicidade oficial de R$ 91 milhões em 2002 para R$ 82 milhões em 2010.

Pulverizar a propriedade

O aumento do número de veículos beneficiados com a publicidade oficial é um feito importante do governo Lula. Ele vai ao encontro de uma política de desconcentração do mercado de comunicação, desarmando uma base importante do modelo de financiamento das corporações midiáticas. Ele focou em veículos menores de âmbito regional de mídias tradicionais, como jornais e emissoras de rádio, que antes ficavam reféns dos governos locais ou de grandes empresários de seu âmbito de veiculação. Hoje, as peças do governo federal chegam à metade dos municípios brasileiros.

Por outro lado, a estratégia também pulverizou os tipos de mídias. O crescimento da categoria outros incluiu modalidades de veiculação que antes não eram contempladas, como busdoors, rádios-poste e outros. O governo passou a se comunicar de maneiras mais variadas. Esse grupo dobrou o volume de investimentos recebidos, saindo de R$ 33 milhões em 2002 para R$ 68 milhões em 2010.

Além da diversificação do mercado

Mas o reconhecimento desse avanço não pode impedir a discussão sobre como ir além. Uma primeira reflexão urgente é quanto aos critérios da propaganda governamental. Hoje, a destinação dos recursos obedece a requisitos “técnicos”, envolvendo principalmente a capacidade de atingir pessoas com a mensagem. É preciso correção nesse critério, uma vez que o público não pode ser visto como massa homogênea, em uma perspectiva quantitativa. O alcance de determinados segmentos (em especial as minorias e grupos oprimidos) e em determinadas regiões (as mais longínquas, a partir de uma linguagem que dialogue com cada área dentro de sua cultura), é importante para uma política de divulgação do governo.

Outro ponto, e talvez o mais importante, é entender a publicidade governamental como instrumento para garantir diversidade (entendido como as diferentes formas, linguagens e conteúdos dentro do vasto campo midiático) e pluralidade (compreendido como o número de fontes de informação). Neste sentido, foi importante a decisão da Secom de anunciar em Tvs comunitárias, bem como os investimentos na EBC e em outras emissoras do campo público.

Mas é preciso ir além. Na Conferência Nacional de Comunicação, foi proposto reservar um percentual para meios livres, alternativos, públicos e comunitários. Em outras palavras, usar esse tipo de publicidade para reforçar o campo da mídia não comercial.

Esse desafio ainda é enfrentado de forma muito tímida pelo governo. Apesar dos investimentos feitos, em especial em sites, essas modalidades não-comerciais ainda são vistas como marginais. Para democratizar a comunicação, a concepção e a prática precisam mudar. Será preciso mexer no queijo não apenas para dá-lo aos outros ratos, mas para incluir quem sobrevive de forma precária sem ele. ★

***Jonas Valente** é secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas do DF e membro do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação

Inovação e criatividade

*Adriano Pires, Sandro Della Meã, Ibanês Mariano**

O ano de 2011 começou com um fato que será registrado nas páginas da história: a posse da primeira mulher na Presidência da República Federativa do Brasil. Este acontecimento foi a eleição de Dilma Rousseff no ano passado, resultado dos oito anos do Governo Lula marcado pela mudança de projeto através das conquistas que melhoraram a vida de milhões de brasileiras e brasileiros.

Luis Inácio Lula da Silva deixa o Governo Federal com 87% de aprovação e Dilma Rousseff assume com a expectativa de 58% da população acreditando neste novo governo. O desafio da presidenta será continuar mudando e isto ela já deixou gravado no seu discurso de posse: erradicar a pobreza, estimular o crescimento econômico com distribuição de renda e o incentivo a ascensão de novas mulheres nos espaços de poder, principalmente, na nomeação de nove ministras no primeiro escalão.

No Rio Grande do Sul, Tarso Genro assumiu o Governo do Estado depois de oito anos de governadores comprometidos com a agenda neoliberal, na contramão do projeto desenvolvido no país, com os retrocessos das políticas públicas deixadas pelo Governo Olívio em 2002.

O PT/RS voltou ao Palácio Piratini com a inédita vitória de um candidato a governador ser eleito no primeiro turno em eleições gaúchas. Este fato histórico dos pampas abriu as possibilidades para ampliar a base governista no parlamento riograndense com a inclusão do PDT e do PTB na composição das secretarias do governo estadual.

O Governo Tarso definido como de coalizão, está estruturado em cinco eixos estratégicos: desenvolvimento econômico com distribuição de renda, políticas sociais, democracia participativa, relações internacionais, transversalidade e integração das ações. Inicia sob a forte influência da experiência administrativa do Governo Lula, que além de servir de inspiração para os primeiros passos, coloca o Rio Grande do Sul no caminho do Brasil com a sintonia de projetos entre Tarso e Dilma para avançar nas conquistas do povo gaúcho.

É neste cenário favorável que estamos planejando a atuação do mandato da Deputada Estadual eleita Ana Affonso, que tomará posse no dia 31 de janeiro. Junto com o companheiro Edegar Pretto na bancada de 14 petistas da Assembléia Legislativa; no trabalho em conjunto com o nosso Deputado Federal eleito Dionilso Marcon e da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres Iriny Lopes; com o Secretário Estadual de Habitação, Desenvolvimento Urbano e Saneamento Marcel Frison; com os nossos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores(as); na relação com os movimentos sociais; na construção partidária através da nossa tendência interna Articulação de Esquerda.

Estes compromissos foram debatidos e reafirmados no seminário realizado no dia 18 de dezembro de 2010 com os(as) apoiadores(as) e lideranças construtores(as) da vitória política e eleitoral a partir dos 281 municípios que renderam 38.525 votos para a conquista desta vaga na Assembléia Legislativa.

O mandato vai percorrer o caminho de atuação através da promoção de políticas de estímulo ao desenvolvimento urbano e rural com prioridade na proposição de políticas públicas em educação e habitação. Neste sentido, serão articulados iniciativas para a inclusão das mulheres, juventude, crianças e adolescentes, LGBT's, negros(as), idosos(as) e pessoas com deficiência. Também serão planejadas ações na segurança, saúde, cultura e inovação tecnológica.

O gabinete na Assembléia Legislativa expressará a relação com os setores e regiões das quais interviremos e atuará articulado com os movimentos sociais. Está em construção o Conselho Político do mandato como ferramenta de debate e deliberação das principais diretrizes. Ana Affonso atuará na Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e na Comissão de Segurança e Serviços Públicos.

Diante disso, a proposta é desenvolver um mandato comprometido com a construção da Articulação de Esquerda, através da sustentação e disputa de rumos dos Governos Tarso e Dilma, pela unidade da esquerda política, social e partidária, no fortalecimento do PT, na realização do 1º Congresso da AE. Esta agenda será efetivada com o estímulo aos espaços de formação política, na ampliação dos(as) assinantes do Jornal Página 13, no apoio as lutas dos movimentos sociais e na disputa eleitoral de 2012 para avançar nosso projeto local nos municípios.

Ana Affonso que em seis anos foi vereadora em São Leopoldo surge como uma nova liderança no cenário estadual para construir um mandato coletivo comprometido com a elaboração prática e teórica baseada na criatividade e inovação para o fazer político, para reencantar novos(as) e experientes militantes, para formar novas lideranças na busca da unidade na ação.

Que o projeto político da AE esteja no centro da nossa atuação para fortalecer nossas idéias socialistas para um outro mundo possível. ★

***Adriano Pires, Sandro Della Mea e Ibanês Mariano** são militantes do PT - RS

Um mandato dos trabalhadores

Edegar Pretto*

Nossa candidatura nasceu de uma decisão coletiva dos movimentos sociais e do partido dos trabalhadores. Creditaram-nos a responsabilidade de continuar a luta do meu pai, Adão Pretto, sem a pretensão de substituí-lo, mas lutar pelas mesmas causas e levantar as mesmas bandeiras.

Inspirados nos seis mandatos do Adão Pretto, uma pessoa que honrou sua trajetória política e nos iluminou para seguir seus passos, colhemos um resultado que não começou nesta eleição, mas foi construído ao longo da década. Foi com esforço coletivo, convicção, determinação e muito trabalho de milhares de militantes que conquistamos 69.233 votos, o deputado mais votado do PT na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Tivemos ainda a honra de sermos escolhidos para a liderança da bancada do PT na Assembléia Legislativa. O PT tem a maior representação no Legislativo gaúcho, com 14 parlamentares. Vamos fazer com muita disposição a interlocução da nossa bancada com o governo do Estado e com os demais partidos do Parlamento gaúcho.

Temos um grande compromisso pela frente. Um mandato popular que será um instrumento para fortalecer as lutas sociais tão necessárias para avançar nas políticas e nas conquistas do Governo Federal com a presidente Dilma.

No Rio Grande do Sul, com uma sábia decisão, elegemos o companheiro Tarso Genro para o Governo do Estado no primeiro turno. A expectativa dos gaúchos é enorme. Nossos desafios, maiores ainda.

Estaremos na luta pela reforma agrária no RS, garantindo a democratização do acesso à terra, associado à qualificação dos assentamentos, oportunizando uma melhor infraestrutura para os pequenos agricultores assentados.

Temos um grande compromisso pela frente. Um mandato popular que será um instrumento para fortalecer as lutas sociais tão necessárias para avançar nas políticas e nas conquistas do Governo Federal com a presidente Dilma.

Foto: Cristine Rochol

Na agricultura familiar, será preciso defender a ampliação de recursos para a produção, o custeio e o investimento nas pequenas propriedades rurais. Temos a convicção de que todas as iniciativas que estimulem a permanência do homem no campo serão bem-vindas, pois nossos grandes desafios neste próximo período será reverter o êxodo rural e o empobrecimento de nossos agricultores e agricultoras. Queremos que o jovem rural permaneça na terra produzindo alimento, mas com dignidade, tendo acesso à educação de qualidade, à cultura e ao lazer.

Atuaremos também na defesa dos direitos humanos, das minorias, da liberdade de organização dos trabalhadores, compromissados com as lutas sociais, apoiando o movimento sindical, o movimento negro e quilombola, os aposentados e a valorização dos servidores públicos.

Enfim, podemos afirmar que a nossa vitória nas urnas é uma vitória da classe trabalhadora, das pessoas, entidades e movimentos sociais que se uniram e somaram forças para fazer avançar um projeto firmado numa sociedade justa, humanitária, fraterna e democrática.

A luta não vai parar!
Um grande abraço,
Edegar Pretto

Em Dourados, aliança com o DEM

*Damarci Olivi**

Depois de uma série de denúncias de corrupção em um esquema de pagamento de propina entre prefeitura, câmara e empresas, que culminou com a prisão do prefeito, do vice e de nove (dos doze) vereadores, Dourados-MS terá nova eleição para prefeito e vice no próximo dia 6 de fevereiro. Desde a prisão, em 1 de setembro, de seus representantes, a população douradense ficou sem chão e envolta em numa série de revelações que frustaram os sonhos depositados nas urnas, quando elegeu um prefeito (na época do PDT) que, assim acreditava, atenderia seus anseios mais básicos. Não só isto não aconteceu, como também houve a grande decepção em ver o quanto foram corruptos. Nos três meses seguintes, ficou claro que a saída era ter eleição direta para a escolha do prefeito e não apenas uma indicação pela Câmara.

Assim que o prefeito, o vice e o presidente da Câmara renunciaram, a movimentação política fervilhou entre os diferentes partidos e entre a própria população. No entanto, em poucos dias o que se viu foi um agrupamento de partidos (hoje são 15), em um grande acordo de cúpula, em torno de Murilo Zauith, do DEM, dono de uma universidade no estado. Homem inexpressivo nos cargos que ocupou, sem carisma e ruim de articulação política, Murilo já foi deputado estadual e federal, vice-governador (até 2010) e ficou em terceiro lugar na disputa para senado, mas conseguiu emplacar seu nome, inclusive entre a população, segundo as pesquisas. Os acontecimentos caminharam para que a eleição fosse, praticamente, plebiscitária. Nesta reta final, partidos pequenos lançaram nomes: PSOL, PMN e PSDC.

A direção do PT local, com apoio da maior parte da direção estadual buscou, desde o início, entrar no chapão em troca da vice e de três secretarias. Essa direção é formada, basicamente, por dois grandes grupos: um ligado ao senador Delcídio e outro ao deputado Vander Loubet, tendo a AE um membro na executiva.

Desde o começo, buscamos conversar com estes dois grupos sobre a importância do PT ter candidatura própria. Rechaçávamos, de antemão, a aliança com o DEM. Dizíamos que esta não era a alternativa para tirar o município do caos político instalado, e que era uma grande oportunidade para reerguer o PT local em uma aliança com a sociedade e as classes trabalhadoras.

O rebaixamento político, programático e ideológico que o PT tem sofrido nos últimos anos mostrou que os interesses individuais superam os coletivos e que o interesse é apenas eleitoral, usando o aparelho partidário para garantir isto.

Em que pese que algumas lideranças locais já tem um tempo que se distanciaram da base partidária e da esquerda, o movimento, que agora realizam, não tem precedentes e depõe contra a história do PT em Dourados, sempre a frente de importantes processos de lutas da esquerda e que foi, inclusive, por oito anos, administração local.

Foi desta forma que realizamos nosso encontro no último dia 30. A maior parte das lideranças em busca da aliança com o DEM e a maior parte da base querendo candidatura própria. Com a maior parte dos delegados com eles, venceu a proposta da aliança.

O encontro foi fechado e não foi aberto ao menos para convidados. Militantes e representantes de importantes entidades ficaram do lado de fora, como o próprio reitor da UFGD.

A direção local ignorou a orientação da nacional de não fazer coligação com o DEM.

A AE e outros delegados contrários à coligação usaram de todos os espaços possíveis, e até mesmo os menos indicados, para expôr as razões pelas quais éramos pela candidatura própria, e da importância do partido em participar abertamente do pleito, levando à população suas bandeiras, politizando o debate, discutindo os dois anos do prefeito que renunciou, trazendo de volta para o PT os militantes que estão afastados da vida política partidária, descontentes, desde da época da administração, com os rumos que a maioria da direção partidária dava ao PT e, mesmo, para a prefeitura, cada vez mais envolta em um administrativismo sem razão de ser.

Com uma candidatura própria poderíamos resgatar entre a população, totalmente desacreditada em políticos e política, a importância da participação e das decisões coletivas.

De nada adiantou [a decisão agora está na justiça, o que será comentado na próxima edição de *Página 13*].

O rebaixamento político, programático e ideológico que o PT tem sofrido nos últimos anos mostrou que os interesses individuais superam os coletivos e que o interesse é apenas eleitoral, usando o aparelho partidário para garantir isto.

Pelo menos o Encontro serviu para que estas lideranças se expusessem ainda mais, pois tiveram que assinar o pedido de aliança e, depois, em plenário, defendê-la. Expôs o senador Delcídio que já costura o que pode e o que não pode para ser candidato a governador em 2014, em detrimento do PT e com uma possível articulação com o atual governador do estado.

O grande saldo foi a reação da militância por sua lucidez, resistência e coragem em enfrentar seus dirigentes. ★

***Damarci Olivi** é dirigente do PT/MS

De quem é a culpa?

*Pere Petit**

As principais lideranças da tendência Democracia Socialista (DS) utilizaram e abusaram do uso da máquina administrativa para tentar se consolidar como "grupo no poder" e favorecer, assim, seus próprios interesses político-eleitorais em detrimento dos interesses do conjunto do partido e das forças políticas e organizações sociais que apoiaram a eleição de Ana Júlia em 2006.

Em 2006 elegemos a primeira governadora do Estado do Pará, a petista Ana Júlia Carepa, que liderou a vitoriosa *Frente Popular Muda Pará*. Essa vitória representou a mais importante conquista do PT no nosso estado ao liquidar o domínio tucano-pefelista (PSDB-DEM), que durante os seus doze anos no governo destruíram as finanças públicas, pioraram o sistema público de saúde, segurança e educação, além de sucatear para depois privatizar a rede pública de energia (CELPA), defenderam os interesses dos madeireiros, do agronégocio, e perseguiram os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e as reformas urbanas. Nossa vitória nas urnas gerou uma grande expectativa na maioria da população paraense, pois governamos exitosamente a capital do estado, Belém, por oito anos (1997-2004). Governamos o Brasil desde 2003 e iríamos governar o Pará, um dos estados mais ricos (em recursos naturais) e ao mesmo tempo mais pobres e desiguais da federação.

Chegamos às eleições de 2010 com a esperança da vitória de Dilma para suceder a Lula, e o medo de perder o governo estadual para o PSDB por culpa dos altos índices de rejeição que tinha Ana Júlia entre a maioria dos eleitores, especialmente na Região Metropolitana de Belém. Esses temores se confirmaram já no primeiro turno quando Jatene chegou perto de conseguir 50% dos votos validos e superou a Ana Júlia em mais 450 mil votos com uma diferença percentual, ao seu favor, de 13% dos votos válidos. No final, segundo turno, Simão Jatene foi eleito governador ao obter 1.860.799 (55,74%) e Ana Júlia 1.477.609 (44,26%).

Apesar do crescimento no número total de eleitores, Ana Júlia obteve, no segundo turno de 2010, 200 mil votos a menos dos logrados em 2006, sendo derrotada a sua candidatura na maioria dos municípios paraenses, entre eles Belém e Ananindeua, e também em dois dos principais municípios administrados por petistas: Santarém e Parauapebas.

As derrotas das candidaturas petistas ao governo estadual e ao Senado (Paulo Rocha), a vitória de Serra em Belém e em importantes municípios administrados pelo PT, ainda que Dilma fosse a mais votada no Pará, nos obriga a que o conjunto do partido reflita sobre as causas internas (atuação do partido e do governo, política de alianças, "marketing eleitoral") e externas (aliados e opositores) dessas derrotas, pois apesar de ter sido ampliado o número de deputados federais (3 para 4) e deputados estaduais (6 para 8), esse acréscimo também foi preocupante porque foi logrado, em parte ou em grande medida, a um custo ético-político muito preocupante.

Não podemos deixar de lamentar que o Pará fosse o único estado no qual o PT não conseguiu reeleger o seu governo. Certamente isso não foi por méritos exclusivos dos opositores ao governo petista, pois a direita entrou nas eleições com menos recursos e dividida internamente (briga entre Jatene e Almir pelo controle do PSDB e pela escolha do candidato ao governo); as principais lideranças do DEM no estado deixaram em 2010 o "mundo da política" não participando do processo eleitoral; o PMDB, após a ruptura com Ana Júlia, apresentou um candidato a governador para ser derrotado com o intuito de negociar depois, no segundo turno, com o provável vencedor espaços no futuro governo além de outras benesses.

Avaliando a atuação da DS no governo

A seguir vamos resumir algumas das causas que talvez nos ajudem a entender a derrota eleitoral de Ana Julia e do PT em 2010 as quais poderiam ser unificadas em dois blocos: a) análise da ação de governo; b) relação com o PT (ou grupos e militantes petistas), relações com os partidos aliados e estratégia eleitoral.

Considero, em primeiro lugar, que a derrota manifestou a falta de orientação estratégia do governo liderado por Ana Júlia e a cúpula da DS para tentar imprimir uma feição democrático-popular ao governo estadual, fazendo apenas tímidas mudanças para reverter a situação de extrema miséria em que vive boa parte da população paraense e escassas melhoras na saúde e na educação pública.

Essa falta de orientação estratégica e uma definição precisa de metas e prioridades acabou favorecendo que muitas Secretarias atuassem quase que autonomamente orientando muitas das suas ações a preparar a campanha eleitorais dos seus responsáveis e dos seus "padrinhos políticos" mas que atender as demandas de regiões, municípios e da maioria da população.

A idéia de avançar na criação de uma nova base socioeconômica no Pará baseada na transformação de matérias-primas no próprio estado não teve quase nenhum impacto real na vida dos paraenses nos últimos quatro anos. Os avanços na área ambiental alcançados nos dois primeiros anos foram gradativamente perdidos pelos interesses eleitoreiros de setores do governo.

A relação com os movimentos sociais foi, no geral, de cooptação e/ou de repressão. Essa foi a relação que se manteve, por exemplo, com os movimentos sociais e sindicatos mais ativos como o Sintepp e o MST.

A política de comunicação do governo estadual foi um desastre e a maioria da população ficou desconhecendo o que estava fazendo de "bom" o diferente dos governos do PSDB-DEM (por exemplo: melhoras na segurança pública; Bolsa Trabalho para cerca de 70 mil jovens; milhares de postos de tra-

balho criados através de concurso público; descentralização administrativa; melhora dos salários dos servidores públicos), entretanto a mídia nacional e local e os partidos a oposição e futuros ex-aliados (PMDB, sobretudo), não perdiam nenhuma chance em aproveitar as falhas de gestão do governo para ir criando a idéia de um governo inoperante, corrupto, sem "obras para mostrar", que "perdeu para Manaus ser sede da Copa do Mundo de Futebol", que a sua policia "agride professores em greve", permitindo que fosse criando no imaginário de muitas pessoas a idéia de "Ana Júlia nunca mais".

As principais lideranças da tendência Democracia Socialista (DS) utilizaram e abusaram do uso da máquina administrativa para tentar se consolidar como "grupo no poder" e favorecer, assim, seus próprios interesses político-eleitorais em detrimento dos interesses do conjunto do partido e das forças políticas e organizações sociais que apoiaram a eleição de Ana Júlia em 2006.

Objetivos menores

Se Lula, e o PT nacional tiveram como eixo da sua política de alianças o objetivo central de eleger Dilma presidenta, aqui no Pará a cúpula do governo parecia que tinha como eixo da sua estratégia político-eleitoral eleger um deputado federal e outro estadual para a DS, esperando que o troca-troca, os milhões a serem gastos na campanha, as "formiguinhas" e o maior tempo na TV e rádio fossem capazes de reverter a rejeição de Ana Júlia e derrotar Jatene. "Perderam o governo", mas, pelo menos (!!!), esse objetivo foi logrado e hoje a DS tem, pela primeira vez no Pará, dois deputados: um federal (Puty, ex-Chefe da Casa Civil) e um estadual (Edilson Moura, ex-Secretario de Cultura).

No percurso acabaram com a aliança com o PMDB e deixaram a maioria dos petistas muito preocupados com a expectativa de manter por mais quatro anos no governo um grupo de pessoas que pretendem (ou pretendiam) transformar o PT numa mera sigla eleitoral e seus militantes em cabos eleitorais, tentando ampliar a sua influência no partido (na ausência de um projeto coletivo político-ideológico que unificasse seus militantes e simpatizantes), através de nomeação cargos no governo e apoios eleitorais atuais ou futuros. Sem esquecer que essas estratégias e práticas tradicionais nos partidos de direita, estão se tornando cada vez mais habituais no seio do PT e em outros partidos de esquerda, inclusive entre alguns ex-petistas paraenses que migraram para o PSOL.

Mas não foram apenas os de "fora" que tiveram que sofrer ou suportar o tratamento dispensado pelo comando da DS no governo. Membros da sua tendência que não compartilharam a estratégia de eleger os seus dois deputados definidos como prioritários foram sendo progressivamente afastados do governo (entre eles, Carlos Guedes, Charles Alcântara e Edilza Fontes).

Um exemplo paradigmático da nefasta relação da cúpula do governo com as outras correntes petistas e partidos formalmente aliados, foi o apoio da DS e da estrutura do governo estadual à reeleição, em 2008, do prefeito de Belém, Duciomar Costa (PTB), histórico anti-petista, que disputou, entre outros, com o candidato do PT, Mário Cardoso. No segundo turno, derrotado o petista, a DS ajudou a derrotar o candidato Priante (PMDB), e o desacreditado Duciomar Costa foi eleito. Priante daria o troco em 2010 apoiando no segundo turno a Jatene.

A estratégia eleitoral da CNB, corrente que hegemoniza a direção estadual do PT no Pará, tampouco deveria ser seguida pelos nossos futuros candidatos. Primeiro ao impedir que o PT escolhesse dois candidatos ao Senado quando ainda existiam muitas dúvidas a respeito de se a aplicação da Lei da Ficha Limpa afetaria a candidatura de Paulo Rocha. Depois chamando aos petistas a fazer "dobradinha" com Jader Barbalho, dobradinha que não foi correspondida e Jader ficou em segundo lugar na frente de Paulo Rocha.

A derrota do governo liderado por Ana Júlia é, sem dúvida, um grande passo atrás para os interesses da maioria do povo paraense, pois o PSDB governará, mais uma vez, em favor dos interesses dos grupos economicamente dominantes do estado. Corresponde agora, aos militantes do PT, às direções do partido, aos seus deputados, prefeitos e vereadores organizar a oposição de esquerda ao governo conservador liderado pelo Jatene e ao desacreditado prefeito de Belém, Duciomar Costa.

Para obter êxito nesta caminhada é fundamental renovar ética e politicamente o PT e recuperar o caráter estratégico e coletivo da atuação do nosso partido, em detrimento, portanto, dos interesses individuais ou eleitorais de determinadas lideranças petistas que hoje controlam o partido ou controlaram a ação político-eleitoral do governo de Ana Júlia.

Sem uma mudança de rumo, sem fortalecer a nossa atuação nas escolas e universidades, nos movimentos sociais e sindicatos do campo e da cidade, corremos sérios riscos de ver diminuída a nossa força eleitoral no Pará nas eleições municipais de 2012, enfraquecendo, portanto, as nossas chances de derrotar à direita, junto com os nossos aliados, nas eleições de 2014. ★

***Pere Petit** é historiador e professor da UFPA

Sem uma mudança de rumo, sem fortalecer a nossa atuação nas escolas e universidades, nos movimentos sociais e sindicatos do campo e da cidade, corremos sérios riscos de ver diminuída a nossa força eleitoral no Pará nas eleições municipais de 2012, enfraquecendo, portanto, as nossas chances de derrotar à direita, junto com os nossos aliados, nas eleições de 2014.

13° CONEB
7ª BIENAL

MANIFESTO AO 13° CONEB
VAMOS RECONQUISTAR A UNE
Para a LUTA e para os/as ESTUDANTES

Saudações Estudantis!

Chegamos ao 13° CONEB da UNE, um dos principais fóruns de discussão do Movimento Estudantil brasileiro, reunindo milhares de CAs e DAs de todo o país. Acreditamos que este CONEB possui um papel estratégico: articular o Movimento Estudantil para incidir de forma unitária e com muita força sobre as reitorias e o governo Dilma, defendendo um projeto de Educação Democrática e Popular, voltada para a Transformação Social.

Some-se a Luta!

Novos Desafios – O governo Dilma e o Ensino Superior

Ao novo governo que se inicia está colocado um impasse: superar ou aprofundar a contraditória política do governo Lula para o Ensino Superior, pois, se por um lado foram ampliados os investimentos nas Universidades Públicas, expandindo-as e criando novas instituições, por outro, não foram alterados seus métodos pedagógicos, estrutura de gestão e manteve-se a hegemonia do ensino pago no país.

Cabe a UNE mobilizar os estudantes para disputar nas ruas os rumos do governo Dilma. É chegada a hora de superar o divisionismo entre quem é "contra" ou "a favor" do governo, pois isto apenas desarticulou e enfraqueceu o movimento. É hora da UNE retomar o protagonismo e construir grandes lutas para avançar nas conquistas para educação. Neste sentido, devemos construir em 2011 junto com os demais movimentos sociais uma grande **campanha pela Educação Democrática e Popular** e por um **PNE Radical!**

RECONQUISTAR A UNE
Para a luta e para os/as estudantes

POR UMA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA E POPULAR!

A Educação Construindo uma Nova Sociedade

A que(m) serve a Universidade? A quem se destina o conhecimento produzido nelas? Quem a estas tem acesso? Que papel cumpre diante dos grandes desafios e demandas da sociedade?

A Educação não pode ser considerada "algo neutro" ou um ente isolado da sociedade. Ela é um importante instrumento de reprodução da desigual sociedade em que vivemos, transmitindo a ideologia dominante, reproduzindo a força de trabalho, qualificando os quadros dirigentes e formando consciências em relações pedagógicas que visam à ocultação da realidade. No entanto, apesar dos sistemas de ensino terem sido concebidos para reproduzir a ordem social vigente, seu processo de constituição é contraditório e permite a abertura de brechas para disputas por alternativas educacionais diferentes e emancipadoras, disputa esta diretamente ligada a disputa mais geral de hegemonia na sociedade.

Cabe ao Movimento Estudantil, aliado aos demais movimentos sociais, aprofundar a **luta por uma educação contra-hegemônica e libertadora, que caminhe na contramão da lógica do capitalismo**. Uma educação que vise a elevação da consciência política através da inserção crítica na realidade, ferramenta de libertação em que o processo de aprendizagem se torne consciente e não alienado.

Defendemos a Educação como um direito universal, um bem público que não pode se constituir em um privilégio de uma minoria e deve ser garantido pelo Estado. Porém, a realidade é que o Ensino Superior no Brasil ainda é restrito a apenas uma pequena parcela dos jovens: 14% na faixa entre 18-24 anos, sendo que apenas ¼ estudam em instituições públicas.

Além disto, nossas instituições ainda são marcadas pelo modelo herdado da Ditadura Militar e pela onda neoliberal que mercantilizou o ensino, heranças estas que não foram superadas pelo governo Lula.

A tarefa central do ME é defender um Projeto de Universidade que agregue nossas bandeiras históricas, articuladas aos atuais desafios do país, como: a ampliação do investimento público em educação; democratização do acesso e permanência; combate a mercantilização da educação e a privatização das pesquisas; gestão democrática e paritária; e a revolução pedagógica. ⇨

Se nas últimas décadas o país mudou, a Universidade mudou, o perfil dos universitários brasileiros mudou, por que a UNE deve continuar se organizando da mesma forma?

Por um PNE Radical!

A construção do **novo Plano Nacional de Educação (2011-2020)** iniciou-se na **Conferência Nacional de Educação (CONAE)**, realizada em abril de 2010, com o objetivo de definir as bases do novo PNE e do Sistema Nacional de Educação. Da CONAE foram deliberadas um conjunto de propostas avançadas para a educação – que poderiam ter sido mais avançadas, caso alguns setores do movimento de educação não tivessem se omitido em participar e disputar os rumos da CONAE –, que no entanto não foram respeitadas pelo MEC no conteúdo do Projeto de Lei do novo PNE, enviado ao Congresso Nacional no dia 15/12.

Dentre estas medidas em que o MEC retrocedeu na elaboração do PL do PNE, podemos destacar a da destinação até 2014 de 10% do PIB para educação, que ficou reduzida a apenas 7% até 2020; a ampliação do Ensino Superior público, preferencialmente presencial, que até 2020 deve possuir 60% das matrículas em instituições públicas e 40% em privadas ficou reduzido no PL a elevação da taxa bruta de matrícula para 50% e da taxa líquida para 33%; a ausência da proposta de reserva de vagas de 50% nas universidades para estudantes oriundos de escolas públicas, respeitando a proporção de negros/as e indígenas por estado; do fim dos cursos pagos nas instituições públicas e a regulamentação do ensino privado; dentre outras propostas avançadas que foram subestimadas na elaboração do PL, assim como alguns pontos problemáticos.

Ao Movimento de Educação interessa um PNE Radical, pois enquanto política de Estado, este deve colocar a Educação brasileira em um novo patamar nesta década, fortalecendo e investindo radicalmente na Educação Pública e Gratuita em todos os níveis e reduzindo o poder do ensino privado.

Durante este ano, o PNE estará em discussão no Congresso Nacional e cabe ao Movimento Estudantil encabeçar a **reorganização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública** e construir uma grande **campanha Por um PNE Radical** nas ruas e universidades, pressionando o Congresso e combatendo o *lobby* do ensino privado no seu interior, articulando a luta social com a luta institucional. Quanto maior for a pressão, maiores são as possibilidades de que sejamos vitoriosos!

Pela Formação Integral: Ensino, Pesquisa e Extensão para a Transformação Social

O Projeto de Reforma Universitária do Movimento Estudantil deve ir além das melhorias físicas nas instituições, abarcando uma profunda mudança na forma como o conhecimento é produzido e disseminado.

Hoje, nosso ensino é muito fragmentado e distanciado da realidade concreta. A Universidade tradicional tem promovido praticamente apenas o Ensino, em menor grau Pesquisa, e em menor grau ainda, Extensão. Este desenvolvimento fragmentado de suas funções tem implicado em um empobrecimento da vida universitária e da educação como um todo, longe dos problemas da sociedade e sem cumprir uma Função Social.

Defendemos a **Integralidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão**, de forma a que através da curricularização da Extensão Universitária o centro do processo de ensino-aprendizagem não seja mais a sala de aula ou o laboratório, mas sim o contato direto com a realidade social e em constante diálogo com a população, discutindo suas demandas e alternativas concretas para superá-las, concebendo-a como sujeito e não como simples objeto de pesquisa.

O princípio pedagógico central da Formação Integral é a **práxis**, pois a prática é a fonte fundamental da reflexão teórica, possibilitando novos olhares sobre a prática, em um processo de retroalimentação prática-teoria-prática..., potencializando o vínculo Universidade-Sociedade sob uma perspectiva dialógica, bidirecional, crítica e emancipadora.

Se nas últimas décadas o país mudou, a Universidade mudou, o perfil dos universitários brasileiros mudou, por que a UNE deve continuar se organizando da mesma forma?

TÁ NA HORA DE MUDAR A UNE!

A UNE é a entidade que representa todos os universitários brasileiros. No entanto, a grande maioria dos estudantes a desconhece e parte do movimento estudantil não a vê como um símbolo de Movimento Estudantil democrático e combativo.

Isto decorre em muito, pela política recuada, centralizada e antidemocrática do campo majoritário da UNE, que desde 1991 possui o mesmo grupo político na sua presidência (UJS/PCdoB), grupo este que tem como principal objetivo sua manutenção na direção de entidades, em detrimento à realização das lutas estudantis e ao diálogo com os estudantes. Para isto, manter a estrutura burocratizada e arcaica da UNE e não construir uma efetiva política de comunicação com os estudantes são pressupostos para se manter no poder.

Somos contra o divisionismo no ME e não acreditamos que a saída seja a criação de entidades paralelas a UNE, onde cada partido possua sua entidade particular. Acreditamos sim, e sem saudosismos, que é possível recolocar a UNE no caminho das lutas do Movimento Estudantil, alterando sua política e democratizando sua estrutura organizativa, construindo uma UNE diferente desde as bases.

PROPOSTAS PARA MUDAR A UNE:

- **Organização Colegiada e por Coordenações:** substituição do presidencialismo por uma Coordenação Geral; da Secretaria Geral pela Coordenação de Organização; tesouraria pela Coordenação de Finanças; transformar as demais Diretorias em Coordenações, e criar a Coordenação de Formação Política;

- **Criação das Coordenações Estaduais da UNE:** substituindo os ineficientes Vice-Presidentes Estaduais;

- **Criação de NTPs – Núcleos de Trabalho Permanente:** de Extensão Universitária, Cultura, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Esporte, Saúde, Políticas Educacionais, Negros e Negras, LGBTT, Mulheres, etc. Conduzidos por sua respectiva Coordenação e compostos por entidades estudantis, coletivos, etc.

- DEMOCRATIZAR E MASSIFICAR A COMUNICAÇÃO DA UNE:

- Criar um jornal de circulação nacional, aberto a todas as opiniões do Movimento Estudantil; retomar o jornal-mural da UNE;

- Site da UNE mais ágil, interativo e colaborativo com o movimento; criação do boletim eletrônico;

- Divulgação das Teses no site da UNE antes dos fóruns da UNE;

- Intensificar as visitas dos membros da UNE nas universidades;

- Implantação do Conselho Editorial da UNE, já aprovado;

- FINANÇAS DA UNE:

- Transparência já! Não a centralização das finanças da UNE em uma só pessoa!

- Implantação do Conselho Fiscal da UNE, já aprovado;

- Obrigatoriedade de planejamento financeiro coletivo;

- Fim das empresas privadas na confecção da carteira da UNE e descentralização da emissão através das entidades estudantis, mantendo o caráter nacional, através do "Selo da UNE";

- Que o Regimento Nacional de Carteiras se torne uma realidade;

POR UMA UNE DEMOCRÁTICA E DE LUTAS!

O Movimento Estudantil no Combate às Opressões

Uma das principais contradições de nossas instituições de ensino é o fato, de em um país tão plural quanto o Brasil, reproduzir-se um modelo de ensino homogeneizado, que não expressa esta diversidade social e cultural dos educandos e da comunidade, tanto na composição dos bancos universitários, como em seus currículos eurocêntricos, sexistas e heteronormativos. Desta forma, o Ensino Superior colabora para a manutenção da violência por orientação sexual, do machismo e do racismo em nossa sociedade.

Ao Movimento Estudantil, enquanto Movimento Social que não luta apenas por mudanças na Educação, mas na sociedade como um todo, cabe tomar partido pela causa do combate à todas as formas de opressão, física ou simbólica, tanto em nossas instituições, como no interior do próprio movimento. Para tal, algumas iniciativas vêm sendo tomadas, mas é necessário que se avance muito mais para que nossas universidades sejam de fato espaços plurais e democráticos e que contribuam para o combate ao racismo, ao machismo e a homofobia em nosso país.

No último período tem ocorrido o fortalecimento da ideologia conservadora e reacionária em nosso país e com muita força nas Universidades, o que merece uma resposta contundente dos Movimentos Sociais. O 13° CONEB pode colaborar em muito com esta discussão, tirando apontamentos concretos para a atuação do movimento em todo o país, tais como:

- Defender o combate a todo e qualquer tipo de racismo, preconceito, discriminação e intolerância como eixos orientadores da ação, das práticas pedagógicas, dos projetos político-pedagógicos e dos planos de desenvolvimento institucional da educação pública e privada, em articulação com os movimentos sociais;
- Apoio da Capes e CNPq à criação de linhas de pesquisa nos cursos de pós-graduação do Brasil que visem ao estudo da diversidade étnico-racial, ambiental, do campo, de gênero, de orientação sexual e de pessoas com necessidades educativas especiais;
- Aprovar uma grande campanha pela Universidade Sem Homofobia, Lesbofobia e Transfobia;
- O fomento e apoio da UNE aos Seminários "Universidade Fora do Armário";
- Apoiar a participação dos estudantes, CAs, DAs, DCEs, UEEs, na construção da **II Marcha Nacional LGBT** (18/5/2011) e a realização do **IX ENUDS** (Encontro Nacional Universitário sobre Diversidade Sexual) em 2011 na UFBA;
- Realizar o I Encontro LGBT da UNE;
- Defender recursos para a implementação do Projeto Escola Sem Homofobia em toda a rede de ensino;
- Defender a criação de programas de formação inicial e continuada, extensão, especialização, mestrado e doutorado, em sexualidade, diversidade e relações de gênero no Ensino Superior Público, visando superar preconceitos, discriminação, violência sexista e homofóbica no ambiente escolar;
- Pautar medidas que assegurem às pessoas travestis e transexuais o direito de terem os seus nomes sociais acrescidos aos documentos oficiais (diário de classe) das instituições de ensino;
- Fortalecer o **EME** (Encontro de Mulheres Estudantes) da UNE, envolvendo mais entidades estudantis em sua construção, como as Executivas, Federações de curso e os coletivos de mulheres das universidades;
- Lutar pela criação de creches nas universidades e pela desburocratização das licenças maternidade; pelo direito de ser mãe/pai e estudante!
- Defender maior apoio e segurança a mulheres estudantes, muitas vezes assediadas por professores, funcionários e colegas, sem ter local apropriado para denunciar;
- A criação de espaços mistos de discussão sobre a questão de gênero e o Movimento Estudantil;
- Fortalecimento dos **ENUNEs** (Encontros Nacionais de Estudantes Negros e Cotistas da UNE) e das campanhas pela Universidade Sem Racismo;
- Construção de uma ampla campanha pela Reserva de Vagas nas Universidades Públicas de 50% para egressos de escolas públicas, respeitando a proporção de negros/as e indígenas em cada estado;
- Lutar junto ao MEC para criar disciplinas e espaços de discussão relativos à questão racial nas universidades, em especial as que aderiram ao ProUni e as políticas de Ações Afirmativas;
- Defender políticas e ações, para o enfrentamento do racismo institucional e criação de mecanismos que eliminem o déficit educacional entre brancos/as e negros/as;
- Pela criação de mais cursos de Licenciaturas Indígenas nas Universidades;

CONTATO:

Tássio Brito – 3° Vice-Presidente da UNE
tassiobrito@yahoo.com.br; 71 – 8711-1313

Ridina Motta – 1° Diretora LGBT da UNE
ridina@ymail.com.br; 82 – 8113-4475

Pedro Silveira "Pedrinho" – 1° Diretor de Movimentos Sociais da UNE
pedroduende@yahoo.com.br; 55 – 9642-2140

Depois do caso Battisti, o espectro de Lula rondará a Europa?

*Caio Octaviano**

A reação da mídia no caso Battisti, em apoio ao governo Berlusconi, era esperada. Afinal a ordem é aproveitar qualquer coisa para tentar desgastar Lula.

Não importa se o ex-professor de literatura é ou não culpado. Não importa se seu julgamento transcorreu à revelia, se foi justo, se foi realizado dentro da lei, se provas foram falsificadas pela própria justiça ou se foi movido e encenado apenas por razões políticas, como alega sua defesa.

Não importa se a única e principal testemunha, ganhou sua liberdade em troca de mudar seu depoimento e passar a acusar Battisti.

Para a mídia, Lula sempre está errado. E sempre estará.

Neste artigo, não há preocupação em julgar fatos, pois juízes e tribunais , quando isentos e não corrompidos, devem servir exatamente para isso.

O objetivo aqui é apenas prever conseqüências do caso Battisti para a imagem de Lula e para a situação política na Itália e nos países da Europa Mediterrânea.

Desdobramentos do caso Batistti

As fotos de Berlusconi triste e compenetrado, junto com familiares das alegadas vítimas de Batistti, divulgadas no mundo inteiro nos últimos dias, mostram que a mídia já julgou e condenou Lula.

O próximo passo agora é formar, com sessões diárias, em entrevistas com "especialistas" e juristas "de programa" , um tipo de "tribunal midiático", no qual funcionando como acusador e promotor de justiça estará nada mais nada menos do que Silvio Berlusconi, o honestíssimo e ilibado primeiro-ministro italiano.

E de outro lado, como acusado, estará Lula, o esquerdista metalúrgico, o ex-presidente do Brasil, que "abrigou o criminoso", como já julgou e condenou o Estadão.

Os lados em confronto

As atitudes do governo de Berlusconi fazem com que todos os anos, milhões de pessoas saiam a marchar pelas ruas de toda a Itália.

Contra o seu governo.

Lula, o operário que chegou ao governo, foi reeleito e elegeu sua sucessora, também movimenta milhões de pessoas nas ruas do Brasil.

Mas a favor do seu governo.

Acontece que Berlusconi, como se sabe, é dono de um verdadeiro império com dezenas de rádios, jornais e TVs.

É com esses veículos na mão que ele, há mais de 20 anos, trabalha abertamente por sua candidatura e pelas candidaturas dos deputados e senadores dos partidos que o apóiam.

Todos os partidos que apóiam Berlusconi são abertamente separatistas, racistas, neo-fascistas e xenofóbicos, pois na Itália há plena democracia para partidos como esses, que lutam para acabar com a democracia para todos e mantê-la e ampliá-la para alguns.

Berlusconi, nesse "tribunal midiático", contará com todo o apoio da política externa dos Estados Unidos, da qual ele próprio é uma criação e peça importante.

Berlusconi terá a seu favor, claro, o apoio da mídia do mundo inteiro, pois afinal, todos os donos de jornais do mundo tendem a se sentir como um "berlusconi", nessa hora.

Já o terrível Lula será acusado de dar refugio a um terrorista, com apoio de toda a mídia corporativa internacional.

Fazer ou não fazer o "julgamento midiático" do "criminoso" Lula?

A pergunta é: caso a mídia internacional leve esse caso adiante, qual será o resultado político mais provável?

Será que isso levará ao desgaste da imagem de Lula e do Brasil?

Ou, ao contrário, esse "julgamento midiático" poderia dar a Lula uma visibilidade e uma popularidade ainda maiores, principalmente entre as vastas camadas mais baixas da sociedade dos países desenvolvidos, como do operariado, dos filhos de imigrantes, dos estudantes e da baixa classe média?

Afinal, graças à internet, Berlusconi e seus apoiadores não falarão mais sozinhos, como nos "bons tempos da guerra fria"...

Milhares de blogueiros, tuiteiros, sites de noticias também entrarão na discussão.

E devem ser muitos milhões, os italianos que ainda não conhecem a incrível e exitosa experiência do Brasil.

Dezenas de milhões de italianos ainda não sabem que depois que elegeu um presidente operário o Brasil ganhou em troca um significativo crescimento econômico médio de 4% em 8 anos.

Nem que tivemos no período novos 14 milhões de empregos formais, ou novos 700 mil jovens pobres nas universidades, 30 milhões de pessoas fora da miséria, 30 milhões indo para a classe média e um crescimento de 150% de nossa participação no comercio internacional.

E enquanto isso, a Itália sob Berlusconi, só afundou.

Segundo o Banco Mundial a Itália de Berlusconi em 2008 perdeu, exatamente para o Brasil de Lula, a sua posição no PIB mundial, caindo da 9ª para a 10ª posição com 1,84 trilhões, enquanto o Brasil passou para a 9ª posição com 1, 97 trilhões de dólares...

Por isso, deve estar sendo um dilema difícil de resolver para os donos das mídias dos países europeus: levar ou não Lula a "julgamento midiático", pois isso os obrigaria a revelar o sucesso de Lula, o metalúrgico. ⇨

➪ Acostumados a influir na política de seus países e eleger os partidos e as figuras políticas que mais lhes agradam, ao acusarem Lula de "protetor de terroristas" e tentar "demonizá-lo", esses senhores temem importar, para "dentro de casa", o perigoso vírus do lulismo internacional.

Um vírus que, aliás, já se espalhou e "pegou" em boa parte da América Latina, ainda que com variações de sintomas. Um vírus contra o qual, ainda não há vacina disponível. Ao menos, se levar-se em conta as eleições no Brasil, nas quais, quanto mais a mídia "batia" no Lula e na Dilma, mais eles cresciam na aprovação popular.

O risco: os europeus podem querer mudança de Paradigma

Quais efeitos, "bater em Lula", poderá provocar na política interna de países como a Itália, que fatigada por 60 anos de corrupção democrata-cristã, escolheu ser governado por neo-fascistas e xenófobos?

Afinal, Lula deixou o governo consagrado por 87% de aprovação popular, conseguiu elegeu sua sucessora e fez a economia brasileira crescer como nunca, arrancando da miséria milhões de famílias, gerando 14 milhões de empregos, aumentando significativamente a classe média.

Berlusconi, por seu lado, vive envolvido em escândalos, mantendo-se no poder com suborno de juízes, senadores e deputados, de eleições ganhas com o apoio aberto dos jornais, rádios e TVs que possui e com apoio velado da mídia estatal que domina.

E é claro, graças ao seu notório e propositadamente divulgado envolvimento com prostitutas, modelos e garotas de programa, que nada são mais do que velho golpe de marketing, para atrair simpatia do "machismo inerente" do homem comum italiano.

Além, é claro, com ajuda do completo desânimo e desesperança de enormes contingentes da população italiana que, enojados com Berlusconi e cansados da ineficiência de seus adversários, motivados pela contínua pregação derrotista e hipócrita dos jornais, afastaram-se da vida política, deixando-a de lado, com altíssimas abstenções, graças ao fato da não-obrigatoriedade do voto.

Lula x Berlusconi : essa comparação seria boa para a direita italiana?

Será quase impossível, nesse "julgamento midiático de Lula", separar o seu nome do nome do Brasil. Nem separar o nome do seu acusador, Berlusconi, do nome da Itália.

Nem tampouco poderá a mídia evitar a comparação da economia em alta do Brasil, com a economia em baixa, da Itália. Nem impedir que se compare o ânimo e a auto-estima de ambos os povos, com relação ao seu futuro e às perspectivas de crescimento.

Quem sabe se, atacando Lula, chamando-o de "protetor de terroristas" a mídia conservadora européia não poderia, na verdade, estar dando um tiro-no-pé e "importando" o (mau) exemplo lulista?

O fato é que, ao insistir nesse caso, os jornais de centro-direita do mundo inteiro e principalmente os da Itália, poderão estar dando a Lula uma visibilidade que é muito perigosa para eles.

Afinal, vai ser impossível falar de Lula sem dizer que Berlusconi, para escapar de um processo em que foi declarado culpado de suborno de juízes, com provas gravadas, testemunhais e documentais, fez passar no parlamento uma lei que, simplesmente, proíbe que qualquer pessoa, órgão ou corpo judicial ou policial do estado italiano investigue o primeiro-ministro.

E ao falar de Battisti, acusado de assassinato por um ex-investigado que foi beneficiado pela delação premiada, vai ser impossível deixar de lembrar que o mafioso Spatuzza, beneficiado pela mesma lei da delação premiada, acusa de forma veemente a o próprio Berlusconi com datas e horas de entrega e de valores pagos, de ter protegido a Máfia de muitas investigações no passado, em troca de propinas.

O dominó europeu

Se é perigosa para a continuidade imediata do governo Berlusconi a "demonização" de Lula também pode ser perigosa para novas vitórias eleitorais de toda a direita no continente.

O problema é que Lula, com sua espontaneidade, estilo direto, quase-ingenuidade e ousadia, encarna um personagem muito popular na Itália, que é "l`uommo dell poppolo".

Sua não-escolaridade ao nível superior e os resultados práticos de seu governo podem ser apaixonantes, numa Itália cheia de politicos que, apesar dos pomposos títulos de "Dottore", "Cavaliere" e "Comendattore" há 60 anos enterram em escândalos, desemprego e dívidas, o que sobrou da civilização greco-romana. A mesma que inventou e desenvolveu não só o Direito, mas a própria Política.

Itália, Irlanda, Portugal, Grécia e Espanha, os PIGS, são países com longa tradição de luta social e de independência.

Além disso, eles são berço de partidos operários com grande história de luta social. E acima de tudo, países que tiveram suas economias devastadas exatamente por sua dependência dos Estados Unidos, como mostrou a crise de 2008.

Quem sabe, o exemplo de Lula e o tamanho de seus êxitos como governante não poderiam vir a ser mais conhecidos ainda com o seu julgamento pelo "tribunal midiático internacional"?

Quem sabe se, atacando Lula, chamando-o de "protetor de terroristas" a mídia conservadora européia não poderia, na verdade, estar dando um tiro-no-pé e "importando" o (mau) exemplo lulista?

Um espectro rondará a Europa? Será o espectro do Lulismo ?

Lula, nos últimos dias de seu governo anunciou que pretendia dedicar parte de seu tempo agora buscando resgatar da fome centenas de milhões de africanos. Quem sabe agora, graças a essa "burrada" da mídia conservadora, um reconhecido e admirado Lula não estaria mostrando, com números do Brasil, qual deveria ser o caminho da verdadeira política aos operários, aos funcionários públicos, aos desempregados, aos estudantes, aos sindicatos e partidos populares de muitos países, principalmente da Europa mediterrânea?

E se a comparação Lula x Berlusconi levar ao esgotamento da paciência do povo italiano com seu algoz, constrangendo juízes que o protegem, desmascarando promotores que o poupam e parlamentares que o apóiam?

E se, a provável queda de Berlusconi, na esteira de Lula e graças ao barulho midiático contra ele, os partidos populares europeus existentes, reformados ou a serem criados, conseguirem livrar-se de seus algozes e elegerem não apenas um, mas vários "Lulas", com nomes simples de Giuseppe, Zé, Pepe, Joseph, Hans, Jean e Ioannes...

Lideres que saídos do meio do povo, como o Lula original, levem a Europa a outra situação e seus povos a dias menos amargos do que aqueles que hoje "desfrutam" sob a sábia direção dos "doutores" de sempre.

O Caso Sacco e Vanzetti

Sobre o caso Battisti em si mesmo, a farsa montada pelos tribunais americanos no século XIX, para condenar a qualquer custo os militantes operários Nicolla Sacco, Bartolomeo Vanzetti e João Medeiros deveria ao menos ser lembrada, num momento de tanto ódio, preconceito e histeria midiática como esse atravessamos. Afinal, vidas humanas estão em jogo.★

***Caio Octaviano (45)** é jornalista, brasileiro e mora em Roma

Tribuna de Debates

NÚMERO 2, JANEIRO DE 2011

Página 13

Esta Tribuna de Debates é a primeira do ano de 2011, circulando logo depois da posse de Dilma Roussef como primeira presidenta da República do Brasil.

Nesta TD, publicamos textos de Bruno Elias, Egon Krakhecke, Luiz Carlos Fabbri, Nelson Rodrigues dos Santos e Renata Rossi.

Publicamos, também, o regimento do 1º Congresso da Articulação de Esquerda, com duas alterações: a data limite para os congressos municipais foi alterada e passa a ser abril de 2011; e a data limite para os congressos estaduais também foi alterada e passa a ser junho de 2011.

A próxima Tribuna de Debates circulará no mês de fevereiro. Reiteramos o convite para que militantes de esquerda interessados em contribuir, nos enviem seus textos, devidamente assinados e com o título escolhido pelo autor. Recomendamos apenas que os textos tenham no máximo 20 mil caracteres.

A data limite para envio de textos para a terceira Tribuna de Debates é 25 de janeiro. O endereço para envio é pomar.valter@gmail.com

Notas sobre Juventude e Desenvolvimento

*Bruno Elias**

A eleição de Dilma Rousseff para um terceiro mandato progressista na presidência do Brasil marca uma nova etapa da disputa iniciada no Governo Lula por um programa de transformações democráticas e populares para o país. Essa conjuntura inédita exige que nos debrucemos sobre questões que antes não tinham a mesma relevância no debate político, dentre as quais a questão social da juventude e suas implicações para um desenvolvimento de orientação democrática e popular.

Se o tema juventude ainda é considerado por muitos como secundário, sem relevância diante das "grandes" questões econômicas e sociais é, em parte, porque sobre o mesmo recai uma magnitude de incompreensões e superficialidades que limitam o entendimento sobre a singularidade desta categoria social.

A juventude, enquanto um período específico do ciclo de vida, é marcada pela superação da condição anterior de dependência e proteção exigida pela infância e adolescência por uma etapa em que o indivíduo processa de maneira intensa a busca de sua plena inserção na vida social.

Esta condição, perseguida a partir do desenvolvimento de sua autonomia pessoal e independência, se dá num ambiente de acentuado conflito entre tais anseios e os limites impostos na sociedade capitalista e se manifesta a partir de múltiplas desigualdades e diversidade internas, segundo recortes de classe, gênero, etnia, renda familiar, região de moradia, etc.

O bônus demográfico

É desta leitura diferenciada sobre este momento da vida e a partir da convergência de uma série de fenômenos sociais, que a questão da juventude deve ser localizada no debate mais geral sobre as tendências e a natureza do desenvolvimento.

Dentre estes fenômenos, o conhecimento da dinâmica demográfica em curso no país assume uma dimensão estratégica. A combinação de uma progressiva redução dos índices de mortalidade com a elevada taxa de fecundidade durante os anos 1970 e 1980, propiciou uma profunda alteração na estrutura etária brasileira.

O fato é que a população jovem de 15 a 29 anos nunca foi tão grande no Brasil, aproximadamente 50 milhões ou pouco mais de 25% da população do país. Esta "onda jovem" proporcionou um fenômeno igualmente importante denominado bônus demográfico, no qual o peso da população economicamente ativa (15 a 64 anos) supera o da população dependente – crianças e idosos.

O bônus demográfico é um ativo importantíssimo no desenvolvimento das forças produtivas do país possibilitando, desde que bem aproveitado por uma ação planejada do Estado, um aumento da produção e da renda per capita, a elevação da capacidade de poupança e de investimento e uma otimização dos gastos sociais demandados pela população dependente.

Por acontecer uma única vez, em longos períodos históricos, o bônus demográfico também é conhecido nos estudos populacionais como "janela de oportunidades" para o desenvolvimento.

Os países que aproveitaram tais "janelas" tiveram êxitos na sustentação de seus ciclos de desenvolvimento. Para ficarmos apenas em alguns exemplos, são muitos os estudos que associam o "baby boom" do pós II Guerra à expansão dos "30 anos de ouro do capitalismo" nos EUA e Europa; a expansão dos Tigres Asiáticos e do Japão, também teriam contado com condições demográficas

favoráveis nos idos de 1960 e 1970; e na China, a "política do filho único", dirigida a partir do processo de Reforma e Abertura iniciada em 1978 acabou por gerar um bônus demográfico que participa até hoje do dinamismo econômico que transformou o país asiático na "fábrica do mundo".

O Estado brasileiro deve considerar tais questões, inclusive, no âmbito das políticas de integração continental, uma vez que com a exceção dos caribenhos, os países da América Latina conformam semelhantes dinâmicas populacionais.

Uma outra questão importante a ser colocada é que tais condições favoráveis são transitórias e não podem ser desperdiçadas. Pelas projeções estatísticas, nosso bônus demográfico se estenderá aproximadamente até 2030, e a partir de então se acentuará uma outra fase de transição demográfica.

A partir da queda expressiva das taxas de fecundidade e da manutenção de baixas taxas de mortalidade e elevação da expectativa de vida da população, passaremos a acompanhar um declínio da população jovem e um crescimento significativo da população idosa, o que exigirá profundas reestruturações no mundo do trabalho e em políticas públicas como saúde, previdência social e mobilidade urbana.

Enfrentar a herança conservadora

Para além da questão demográfica, a importância da juventude no debate do desenvolvimento vai além do seu peso populacional. Principalmente se a intenção não for reduzir o desenvolvimento do país ao mero crescimento econômico ou diluir a questão da juventude nos indicadores gerais de geração de postos de trabalho ou criação de novas vagas escolares.

A via conservadora de desenvolvimento e a própria existência do bônus demográfico, por si, nunca garantiu a inclusão da questão da juventude como pauta diferenciada.

A incorporação à sociedade dos primeiros filhos da "onda jovem" durante os anos 1980 e 1990, por exemplo, coincidiu com o esgotamento do desenvolvimentismo conservador e a expansão do projeto neoliberal no país.

Depois de anos de baixo crescimento econômico e regressão social, podemos dizer que os jovens foram os maiores afetados pelos anos neoliberais. O desmonte da educação e saúde pública, a precarização do acesso ao mundo do trabalho, a escalada da violência nos centros urbanos, a concentração da propriedade no campo, entre outras faces do legado neoliberal, atingiram fortemente a vida dos jovens brasileiros.

Enfrentar tal herança exigirá uma ampliação do reconhecimento político e institucional iniciados pelo governo Lula, em que a compreensão da juventude como "problema social" a ser tutelado passa a perder força para a perspectiva de sujeito de direitos e os jovens se tornam um dos segmentos mais beneficiados pelos avanços das políticas sociais do governo.

Uma nova geração de políticas e direitos da juventude

A orientação geral do Governo Dilma em trabalhar a erradicação da miséria e da fome extrema como meta fundamental de governo continuará demandando um enfoque social ampliado das políticas sociais da juventude. A implementação de políticas públicas de juventude abrangentes e em escala devem colaborar na superação do ciclo de reprodução da pobreza que atinge as novas gerações.

Nesta perspectiva, a ampliação da cobertura das políticas sociais deve compreender também uma nova geração de políticas públicas de juventude e a criação de novos direitos sociais. O recorte conceitual que deve organizar essa nova geração de políticas é o da emancipação e do desenvolvimento integral dos jovens, passando pela afirmação de novos direitos específicos como ao financiamento público do tempo livre, à experimentação, à redução obrigatória da jornada de trabalho durante os estudos, ao trabalho decente, dentre outros.

Ademais, uma nova abordagem programática da articulação entre o mundo do trabalho e a educação para os jovens também se faz necessária.

Apontar uma inserção social e produtiva da juventude diferenciada da atual passa por enfrentar a situação do trabalho juvenil no país - precoce, precarizado, mal remunerado, com longas jornadas, incompatível com a continuidade dos estudos, etc. O desafio passa a ser o de combinar a criação de postos de trabalho decente para a juventude com o financiamento de programas que integrem políticas de transferência de renda, elevação continuada e qualitativa da escolaridade, tempo livre, formação científica e tecnológica e mobilização em serviços comunitários.

De igual maneira, a política educacional deve dar um salto de qualidade. Além da ampliação do acesso à todas as modalidades de ensino e a erradicação do analfabetismo, será preciso empreender uma reestruturação profunda do Ensino Médio em sua articulação com os distintos campos do saber e iniciação científica, na integração com o ensino técnico e profissional e nos seus instrumentos de ensino-aprendizagem, gestão democrática e política pedagógica.

A compreensão das demandas e aspirações destas novas gerações será fundamental para a disputa de um modelo de desenvolvimento alicerçado em reformas democráticas e populares. Construir uma maioria política na sociedade brasileira em torno um projeto democrático e popular de desenvolvimento que articule soberania nacional e integração regional, desenvolvimento econômico com progresso social e ampliação da democracia com participação popular não pode prescindir das novas gerações. Para setores expressivos da juventude brasileira tratar-se-á de uma luta por uma sociedade diferente da atual, em que os bloqueios da sociedade capitalista e do desenvolvimentismo conservador impedem seu pleno desenvolvimento e autonomia. ★

*Bruno Elias é estudante de Serviço Social da Universidade de Brasília e Coordenador de relações internacionais da Juventude do PT

Desafios para o PT e para a esquerda no próximo período

*Egon Krakhecke**

A definição de um Projeto Estratégico de Sociedade e de Estado e a nossa estratégia para mudar, a favor de nosso projeto, a correlação de forças na sociedade são temas estreitamente ligados e que, a meu ver, constituem dois desafios, entre outros tantos, para o PT e a esquerda brasileira enfrentarem no próximo período. Se é que o partido ainda aspira disputar e hegemonizar um projeto de futuro para o Brasil, nos marcos do socialismo democrático, como prescreve nosso estatuto.

Agradecendo o honroso convite para contribuir à Tribuna de Debates, preparatória ao Congresso da AE, vou abordar dois desafios que me parecem relevantes para o PT e a esquerda brasileira enfrentarem no período que se avizinha: i) qual é, afinal, nosso Projeto Estratégico, que possa balizar nossa atuação no governo e na sociedade? ii) qual a nossa estratégia para acumular forças e mudar efetivamente a correlação de forças na sociedade, com vistas a dar sustentação ao nosso Projeto Estratégico?

No que respeita ao primeiro desafio, lembro que o PT nasceu com uma clara proposta socialista. Passadas três décadas, acumulou o partido notáveis avanços na via institucional, de que dão conta os dois mandatos de Lula e o novo mandato conquistado com Dilma. Inegavelmente, melhoraram muito, nestes últimos oito anos, as condições de vida do povo brasileiro, em especial dos mais pobres. Ademais, em meio a uma crise global, tem nosso governo sido capaz de apontar para o Brasil um claro caminho de crescimento vigoroso de sua economia, de crescimento econômico com inclusão social. O balanço que o governo Lula preparou desses oito anos aponta o nítido avanço ocorrido, quando confrontado com a gestão FHC.

A pergunta que se faz é: se avançamos em relação ao passado, temos também uma avaliação sobre qual foi nosso avanço em direção ao futuro desejado? Qual futuro desejado?

A questão suscitada nos remete, de imediato, à questão de nosso Projeto Estratégico, de onde queremos chegar no longo prazo. Qual o tipo de sociedade que desejamos alcançar? Nosso projeto continua socialista, como está inscrito no estatuto ("construir o socialismo democrático")? Ou é social-democrata? Ou, ainda, é o de modernizar e civilizar nosso capitalismo "selvagem"?

Nossas discussões sobre o futuro têm se cingido, quase invariavelmente e quando muito, aos programas de governo, ou seja, ao prazo de quatro anos que dura um mandato. Contudo, precisamos de um termo de referência mais longo, que nos balize para onde estamos indo e que, confrontado com nossos balanços de gestão e nossos programas de governo, nos permita avaliar se estamos caminhando no rumo certo e se, em cada etapa de nossa jornada, estamos efetivamente avançando na construção de nosso projeto de sociedade.

Compulsando os documentos do PT, me deparo com dificuldade para encontrar algo como um Programa ou Projeto Estratégico para referenciar nossa luta e nossa atuação no governo e na sociedade. No livro de documentos resultantes do 3º Congresso do partido, realizado em 2007, encontrei um tópico sob o título de Projeto de Desenvolvimento Nacional, com menos de duas páginas, muito genérico para servir como a referência de longo prazo aqui defendida.

No âmbito do governo federal (e, também, dos estados e municípios) lida-se com dois instrumentos principais de planejamento: o orçamento anual e o PPA, de curto e médio prazos. Não há, também, o referencial de longo prazo. Ressalve-se, contudo, que, a pedido do presidente Lula, a SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República) coordenou, recentemente, a elaboração do Projeto BR 2022, uma primeira tentativa interessante de estabelecer um farol de longo prazo para a atuação do conjunto do setor público.

Identifico, pois, na falta de um Projeto Estratégico de Sociedade e de Estado um desafio a ser enfrentado pelo PT. Um Projeto que seja, também, capaz de compatibilizar as distintas dimensões do desenvolvimento, sem que uma dimensão (como a econômica) subordine as demais dimensões (como a dimensão socioambiental) à sua lógica. Isto requer o resgate da capacidade partidária de refletir sobre seu rumo e trajetória.

O segundo desafio aqui proposto, nos remete à necessidade de refletir sobre a sustentação política que fomos e seremos capazes de construir para viabilizar a implantação de nosso Projeto Estratégico. Ou seja, modificamos e quanto modificamos, efetivamente, a correlação de forças na sociedade a favor de nosso projeto? Com quem vamos caminhar? O que pensamos fazer, nos próximos quatro anos, para acumular mais forças? Para tanto, que papel deve cumprir o espaço institucional conquistado pelo PT e pela esquerda em geral? Qual o papel da luta e dos movimentos sociais? O que pode e deve o PT fazer a respeito?

Antigamente, ouvíamos dizer que as contradições e a luta de classes constituíam o motor da história. Hoje quase inexiste o necessário diálogo entre a reflexão e a prática, excessivamente absorvidos que estamos com o fazer e submetidos à lógica de governo. Assim, nos comportamos mais como se as contradições entre as classes sociais tivessem desaparecido. Parece que nos conformamos com os limites da institucionalidade burguesa. Pegamos gosto pelos mandatos e pelos espaços institucionais, como se as contradições profundas de nosso sistema capitalista pudessem ser resolvidas nos limites da democracia representativa, nos parlamentos, onde prevalecem, quase sempre, os interesses da elite.

Não é meu propósito negar a importância da via institucional para fazer avançar nosso projeto. Não posso, contudo, deixar de registrar a limitação que esta via representa, sobretudo, se desacompanhada do fortalecimento da luta social. Os avanços na via institucional estão freados pela forte influência do poder econômico e são sujeitos a soluços, à descontinuidade, decorrentes da rotatividade imposta pelo processo eleitoral. Isto torna mais imperiosa a necessidade de fazer avançar a luta social, de construir um novo

protagonismo social. É ela, tanto quanto ou mais que o avanço institucional, que pode nos assegurar maior sustentabilidade para fazer avançar a construção e a consolidação de nosso Projeto Estratégico.

Temos, não obstante, dado mais atenção ao espaço institucional do que à disputa da hegemonia ideológica e política no seio da sociedade. O avanço conquistado no caminho do tapete dificilmente resiste sem um sólido avanço no caminho da rua. Neste sentido, me parece, temos confiado demais no pacto com setores da burguesia, como se a burguesia pudesse ser nosso aliado estratégico. Nossos aliados estratégicos são os setores populares explorados e subalternizados pelo capitalismo. O equívoco tem nos custado, inclusive, sustos nas eleições, como agora, em outubro. Amplos setores da burguesia travam, permanentemente, o embate ideológico com a esquerda e aguçam o confronto nos momentos de eleição, não se pejando de recorrerem ao preconceito e à mentira. Na verdade, a burguesia, enquanto classe, quer nos ver pelas costas.

Assim, a definição de um Projeto Estratégico de Sociedade e de Estado e a nossa estratégia para mudar, a favor de nosso projeto, a correlação de forças na sociedade são temas estreitamente ligados e que, a meu ver, constituem dois desafios, entre outros tantos, para o PT e a esquerda brasileira enfrentarem no próximo período. Se é que o partido ainda aspira disputar e hegemonizar um projeto de futuro para o Brasil, nos marcos do socialismo democrático, como prescreve nosso estatuto.

Em síntese, se queremos saltar da condição de 8ª economia para a condição de 5ª economia mundial, em 2014, a pergunta que se impõe é: para quem e com quem? ★

---

*__Egon__ é militante do PT do Mato Grosso do Sul

TRIBUNA DE DEBATES

1º CONGRESSO DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

Forjando instrumentos para a construção de uma nova hegemonia no Brasil

Luiz Carlos Fabbri*

1. A débâcle do socialismo realmente existente, e do sistema que havia criado, tornou o horizonte da esquerda e do PT repentinamente nebuloso e problemático. Ficamos com medo da luta de classes e da sua desventurosa dialética. Sem o socialismo, como farol visível e reconhecível, fomos caindo no pragmatismo político e perdendo o sentido da construção histórica coletiva e persistente.

2. Embora o ideal socialista ainda precise ser reconstruído, nós não podemos perder de vista alguns dos princípios estratégicos que dele fazem parte, inexoravelmente. O desafio que a esquerda pode aceitar hoje não é o da criação de um novo modelo, como ocorria nos primórdios da luta revolucionária e, posteriormente, no interior do campo socialista. Pelo contrário, temos que manter os olhos bem abertos e procurar apreender os processos de mudança em curso, à luz de alguns atributos do socialismo que fazem parte de nosso legado histórico.

3. Dois desses princípios estratégicos, que não tem recebido suficiente atenção, deveriam, no meu modo de ver, iluminar o nosso caminho nos albores do governo da Presidente Dilma. O primeiro deles diz respeito ao aprofundamento da democracia política no Brasil, em resposta à emergência de novos sujeitos históricos, e o segundo, conjugado, a emancipação econômica das camadas mais pobres e excluídas da sociedade no rumo de uma sociedade igualitária.

4. O debate no Partido e no campo da esquerda tem-se concentrado nos aspectos institucionais do aprimoramento democrático. As nossas formulações em torno da reforma política não tomam na devida conta que a organização autônoma dos trabalhadores e da sociedade civil deveria ser o cerne de qualquer mudança no padrão de dominação política no Brasil. Além das formas de representação popular que conformam o nosso sistema político, nosso legado socialista deveria nos conduzir a dar maior peso à construção das formas de representação e participação direta. Para o PT, a contracorrente do pensamento político convencional, este alargamento da democracia política, com foco nas camadas sociais emergentes, que configuram o chamado lulismo, deveria ser uma de nossas principais bandeiras, na perspectiva da construção de uma nova hegemonia.

5. O governo do Presidente Lula foi um marco na instituição de formas de participação política direta. O respeito às instituições da democracia representativa, às competências dos poderes públicos e aos processos eleitorais se combinou com a realização de dezenas de conferências setoriais e a criação ou fortalecimento de um grande número de conselhos. No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer para a construção formas de representação direta e para a sua incorporação num sistema político brasileiro renovado.

6. As conferências e os conselhos setoriais não foram ainda efetivamente incorporados como método de governo. Embora houvesse a intenção de dar-lhes um arcabouço legal antes do término do mandato do Presidente Lula, isso não veio a ocorrer. Com este escopo, algumas diretrizes deveriam ser observadas:

   a. As conferências deveriam tornar-se obrigatórias em todos os setores de atividade, sem exceção, independentemente dos partidos ou orientações políticas de seus titulares, ou de considerações de ordem corporativa.

   b. A maioria de delegados às conferências deveria estar constituída por organizações da sociedade civil, diretamente implicadas em cada um dos setores.

   c. Os conselhos eleitos pelas conferências deveriam funcionar regularmente, dispondo de um secretariado em Brasília, co-presidido por um representante do governo e outro da sociedade civil.

   d. Deve-se perseguir em cada setor um debate de abrangência nacional, escalonada por municípios e Estados, procurando promover a continuidade de funcionamento dos Conselhos estaduais e municipais.

   e. Deveria haver normas claras e acordadas sobre matérias de cunho deliberativo e consultivo, obrigando, caso a caso, à inscrição das propostas no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento Geral da União (OGU).

7. Os projetos de lei de iniciativa popular e as formas de consulta direta à população não têm sido promovidos e nem favorecidos como formas de exercício do poder político, embora estejam asseguradas pela Constitui-

ção. A sua regulamentação inexiste ou é inadequada, tornando a sua prática problemática, complexa e desestimulante. Algumas leis de iniciativa popular, meritórias, foram aprovadas após longo processo de mobilizações e articulações, envolvendo inclusive a necessidade da apresentação dos projetos por parlamentares, que assumiram a sua autoria. À parte o inglório plebiscito sobre a comercialização de armas de fogo, a prática tem-se limitado à realização de campanhas por parte de organizações da sociedade civil. Os referendos revogatórios de mandatos ou decisões políticas, cujo potencial de conscientização popular é inegável, nunca foram tentados no Brasil. No entanto, plebiscitos, referendos e leis de iniciativa popular são formas de democracia direta por excelência, cuja promoção deveria possuir um caráter estratégico no projeto político do PT, pois possibilitam a organização autônoma da sociedade civil e o alargamento dos espaços democráticos, abrindo novos horizontes para uma nova construção hegemônica.

8. Nós vivemos uma época de revolução nas comunicações, que continua a nos surpreender pela avalanche de inovações tecnológicas. As chamadas novas mídias estão modificando as nossas noções de espaço e tempo, possibilitando formas diretas de interação humana e provocando a emergência de novos direitos, como o direito à comunicação. O PT não foi capaz ainda de apropriar-se do potencial emancipador dessas novas tecnologias para a prática política transformadora. No entanto, algumas experiências de cunho municipal, como o Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte são prenhes de ensinamentos, referentes às possibilidades de massificação, de acompanhamento e de aprendizado oferecidos pela internet. Há um novo mundo a ser conquistado em termos de processos diretos de discussão e de tomada de decisões, tanto para servir de suporte a conferências e conselhos, como em termos de participação direta em decisões sobre investimentos, diretrizes de políticas públicas ou novas leis. De forma coerente com nosso projeto político, e antes de sermos devorados, temos que apreender o caráter estratégico da revolução em curso, o seu ritmo acelerado e a novidade que ela traz para infundir novo ímpeto ao ideal socialista.

9. O segundo princípio estratégico que nos propusemos examinar é o da necessária emancipação econômica das camadas mais pobres e excluídas da sociedade, no rumo de uma sociedade igualitária. O desafio está colocado de maneira contundente, no bojo do sucesso da política de crescimento com distribuição de renda executada pelo governo Lula e da prioridade enunciada pela Presidente Dilma de erradicar a miséria até o final do seu mandato. O combate à pobreza e à miséria possui, no entanto, uma dimensão política própria, na medida em que não se trata de uma mera questão de melhoria de indicadores econômicos, porém da superação de uma situação de privação de direitos, que está no cerne da desigualdade social no país.

10. No entanto, examinando à primeira vista os primeiros pronunciamentos e a estrutura do novo governo, o foco da luta contra a pobreza parece residir na expansão da economia formal. Ora, imaginar que possamos eliminar a situação de extrema pobreza, em que se encontram 13 milhões de pessoas e avançar na redução da pobreza de 40 milhões de pessoas (ver Ipea data em www.ipea.gov.br, dados de 2009. O cadastro único do Bolsa Família inclui por sua vez, 19 milhões de famílias), ou seja, 1/5 da população brasileira, mediante a criação de emprego formal, com carteira assinada, é uma triste ilusão. A realidade do emprego no Brasil é que quase metade da população vive em situação de informalidade, enquanto que as baixas taxas de desemprego, sem dúvida uma conquista notável do governo Lula, incidem somente sobre as pessoas que se encontram à procura de uma ocupação remunerada, ou seja, aqueles que fazem parte da chamada população economicamente ativa. É bastante provável, contudo, que uma boa parte dos pobres esteja fora do mercado de trabalho e que os miseráveis jamais tenham procurado emprego formal.

11. A criação do Ministério da Microempresa, anunciada para fevereiro, não somente não trará nenhuma solução substantiva ao problema da miséria, como poderá representar uma temeridade e um imperdoável irrealismo. Pretender que os miseráveis possam tornar-se microempresários é desconhecer o nível de carência e prostração das pessoas vivendo em extrema pobreza no Brasil. Os programas de transferência de renda certamente trouxeram para eles um novo alento e os programas de qualificação estão abrindo novas possibilidades, porém isso não basta. A sua incorporação plena à cidadania, na escala requerida, aquilo que se chamou de "porta de entrada", requer uma ação concentrada, talvez ao nível de uma secretaria especial, que associe a conquista de dignidade humana a alternativas de geração de trabalho e renda, necessariamente coletivas e emancipatórias nesta fase.

12. Os programas de transferência de renda, e o Bolsa Família em particular, foram reconhecidamente uma das principais realizações do governo Lula, estando na base do chamado Lulismo e da vitória da Presidente Dilma nas eleições de 2010. Uma grande ênfase foi colocada pelo governo na gestão dos programas sociais, na criação do cadastro único, no controle das chamadas condicionalidades. Resta, porém, um importante caminho para que os benefícios daí advindos se tornem princípios e normas de políticas públicas e para que a própria percepção dos beneficiários se torne a de usufruto de um direito. Para que isso suceda, é necessário que o sursis representado, por exemplo, pelo Programa Bolsa Família, seja acompanhado de um processo de mobilização e organização autônoma dos beneficiários envolvendo formas de controle social, programas de alfabetização e educação de adultos e, de maneira geral, de organização na luta por direitos.

13. Se o combate à pobreza e a erradicação da miséria são momentos de uma luta por uma sociedade mais igualitária e, portanto, possuem uma dimensão política incontornável de conquista de direitos e de cidadania, há que politizar a pobreza e os pobres, promovendo no dizer do saudoso Eder Sader a "entrada em cena desses novos personagens". Isso não pode ocorrer obviamente sem o fortalecimento do PT e da esquerda em geral. Tanto o aprofundamento da democracia política e a ampliação de suas formas diretas como a luta contra a pobreza, entendida como um processo de conquista de direitos e de emancipação de sujeitos históricos, exigem, concomitantemente, um retorno às formas de organização pela base e um reequilíbrio do modelo de organização partidária articulado em torno das lutas sociais. Com efeito, prosseguir na supremacia da organização em mandatos poderá fazer-nos soçobrar naquilo que Marx designava como "cretinismo parlamentar".

14. Por menor que seja a nossa clareza atual sobre o projeto socialista, uma visão excessivamente pragmática e sem princípios, fazendo tabula rasa de nosso legado histórico, talvez possa levar-nos à modernização do Brasil, tornando-o talvez um país de classe média, menos injusto e desigual. Porém seria imperdoável para nossa geração se não nos revelássemos capazes, no tempo presente, de favorecer uma ascensão do movimento social e uma mudança na correlação de forças que nos empurrasse rumo a uma nova hegemonia e à construção socialista.★

---

*__Luiz Carlos Fabbri__ é economista com pós-graduação em economia internacional, gestão de projetos e organização de empresas. Foi Secretário em Guarulhos, Chefe da Assessoria Internacional no Ministério das Cidades e Diretor de Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Milita nas áreas de direitos humanos e relações internacionais.

Políticas públicas e cidadãs: busca de rumos

Contribuição para posicionamento com os novos Governos: Federal e Estaduais

PREÂMBULO

Nelson Rodrigues dos Santos, *militante do movimento em defesa do SUS*

PREÂMBULO

A militância por mais de três décadas na política pública de saúde, com destaque à persistência de grandes obstáculos à implementação da política pública de saúde constitucional, foi levando a buscas de informações e explicações para além do setor saúde, no âmbito das políticas de Estado e das relações Sociedade – Estado. Por isso, ousamos na primeira parte deste artigo uma contextualização nesse âmbito, ainda que nos falte formação sistematizada e aprofundada de história e de ciências políticas, sociais e econômicas, o que por si justifica convite a reparos e aprofundamentos desse debate.

Na segunda parte do artigo, como que testemunhando a contextualização, destacamos na política pública de saúde vigente, o financiamento, a relação público-privado e o gerenciamento público da prestação de serviços, enquanto três funções estruturantes, cujos acertos ou distorções induzem o rumo do conjunto da política pública de saúde, ou para responder às necessidades e direitos de toda a população, com democratização do Estado, ou para o império do mercado, de novas racionalizações da desigualdade social e dos direitos, do autoritarismo estatal e da armadilha de "mudar para não mudar".

1. NOSSA INTERAÇÃO NA MACROPOLITICA E MACROECONOMIA

1.1 – A QUESTÃO POSTA

A partir de 2003 tornou-se visível em nosso país, real possibilidade de retomada do imenso e competente esforço de desenvolvimento sócio-econômico verificado entre 1.945 e 1.963, retomada inexoravelmente condicionada à adequação e recriação estratégicas decorrentes das profundas consequências estruturais de 21 anos de ditadura (que nos levou à maior concentração de renda e divida pública do mundo), e da globalização econômica mundial nos anos 80 e 90 que revelou a hegemonia do capitalismo financeiro especulativo sobre o capitalismo industrial. Por isso, a possível retomada não é a das estratégias e procedimentos inerentes à conjuntura de então, mas sim do imenso e competente esforço. Questão: - há relação entre essa possível retomada e a efetivação de políticas públicas universalistas voltadas aos direitos sociais básicos?

1.2 – O PASSADO RECENTE

De 1.945 a 1.963 a acumulação desenvolvimentista alavancada pelas empresas estatais na siderurgia, energia (elétrica e petrolífera), transporte, telecomunicação, tecnologias de ponta e outras, impulsionou o parque industrial de bens de capital, automobilístico, a química fina, a eletro-eletrônica e outras que propiciaram a avançada consolidação das leis trabalhistas e da previdência social sob as mobilizações dos trabalhadores. Ensejaram ainda grande ampliação do debate sobre o projeto nacional de desenvolvimento econômico-social pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, Frente Parlamentar Nacionalista, majoritária no Congresso Nacional, Centrais Sindicais, UNE e outros, que respaldou o Plano de Metas (Celso Furtado) e as Reformas de Base. Era evidente e assumida nesse período, a importância estratégica de ativação e consolidação do mercado interno. O projeto nacional era típico do modo de produção capitalista, apontando para a ruptura com o capitalismo periférico exportador de produtos primários e de capital, e rumava na direção da soberania nacional e inclusão social, com desafios similares aos "emergentes" de hoje. A ditadura foi articulada externa e internamente para interceptar esse processo.

1.3 – O PASSADO MAIS RECENTE

A ditadura e a partir de 1990, a submissão subserviente à globalização financeira reordenaram orgânicamente os valores nacionais e sociais que ensaiavam até 1.963. Exceção foi a maior parte dos anos 80, quando os amplos movimentos sociais pelas liberdades democráticas, pelas eleições diretas, a eleição de Tancredo Neves e a Assembléia Nacional Constituinte, decorreram de consensos entre a sociedade mobilizada, os partidos e a maior parte da elite, o que levou ao fim da ditadura e avanços da democracia política, dos direitos sociais, do sistema tributário, do

pacto federado e outros. Possível excesso de credulidade da população, lideranças e dirigentes à época, deu a impressão que esses consensos eram suscetíveis de repactuações permanentes. Na verdade representavam um belo e importantíssimo momento histórico da sociedade, que revelou enorme potencial democrático, porém, arrefecido ao longo dos anos seguintes sob o peso da cultura política secular da delegação e subordinação ao autoritarismo estatal, ora ditatorial, ora paternalista, exercido competentemente pelas elites. Acresce a este peso, o grande impacto midiático de valores anti-públicos e anti-sociais que aportou em nosso país nos anos 90, na esteira da hegemonia do sistema financeiro especulativo: uma "nova" e "moderna" elite nucleada pelos credores da divida pública, remunerada por juros anuais entre 130 e 170 bilhões de reais, une-se à velha elite para o retrocesso dos avanços constitucionais e para sobrepor os valores individuais do consumidor aos valores sociais dos direitos humanos de cidadania, e do ideário do mercado ao da democratização do Estado, impressionando a opinião pública com chavões atraentes como "eficiência privada x ineficiência pública", "modernização e enxugamento do Estado", "o mundo mudou", "desafio de ser vencedor ou empreendedor" e outros.

TRÊS DESDOBRAMENTOS

- Foram leiloadas a valores irrisórios a maior parte das empresas públicas propulsoras do nosso desenvolvimento autônomo e bancos públicos estaduais, assim como revitalizados bancos privados com recursos públicos. No lugar da reforma democrática do Estado, foram criadas agencias reguladoras de um mercado expandido com as privatizações, e criados novos entes privados- OS, OSCIP e outros – para gerirem estabelecimentos públicos de atividades não exclusivas do Estado, como no caso da saúde.

- O Tesouro Nacional passa a ser fonte básica da sanha da especulação financeira, por meio do crescimento da divida pública com altíssimos juros e taxas de riscos, do salvamento da quebra de bancos privados e outros mecanismos. Em nosso país, a financeirização dos orçamentos públicos vincula a remuneração dos altos juros da divida pública e outros encargos financeiros a uma fatia orçamentária pétrea e resiste à vinculação aos direitos sociais e à infraestrutura do desenvolvimento. Em 1.995, o Orçamento Geral da União destinava 47,0% para o conjunto Saúde, Educação, Segurança Pública, Energia, Transporte, Justiça e Defesa Nacional, que caíram até 26,49% em 2.005, queda essa vinculada à elevação no mesmo período, de 18,70% para 45,0% para o pagamento dos juros e outros encargos da dívida pública. Além do mais a nova hegemonia conseguiu do Estado a criação da DRU – Desvinculação de 20% das Receitas da União, incluindo a Previdência Social, para garantir a remuneração do capital financeiro, criação esta, na segunda metade dos anos 90, batizada sutilmente de Fundo Social de Emergência – FSE, após, Fundo de Estabilização Monetária – FEM e finalmente DRU. Verdadeiro "mantra' é gerado pelos intelectuais orgânicos da nova elite, o núcleo duro da política de Estado e a mídia, de que o controle da inflação e o equilíbrio fiscal só ocorrem com juros reais elevadíssimos, supervalorização da nossa moeda, desestímulo cambial às exportações e estímulo cambial às importações, o que nos mantem como exportadores de produtos primários de baixíssimo valor agregado, (comodities) e remuneradores do capital.

- Ao largo do consagrado no título da Ordem Social da nossa Constituição, o Estado passa a priorizar a partir dos anos 90, subsídios públicos à produção e consumo privados de bens e serviços essenciais como saúde, educação e outros. Os gastos individuais, familiares e empresariais são fortemente deduzidos no IRPF e IRPJ. O sistema tributário, entre os mais regressivos do mundo, leva ao penoso financiamento público bancado pelos mais pobres, das universidades públicas que acolhem os extratos médios e altos que cursaram colégios e cursinhos caros com mensalidades deduzidas no IR, e também das bolsas para um fração dos mais pobres cursarem faculdades privadas. Esta mesma lógica desigual permeia o acesso aos planos privados de saúde e aos serviços públicos de saúde mais sofisticados e caros, inclusive os hospitais públicos terciários com duas portas: uma para o "direito de cidadania" e outra para o mercado. Os subsídios públicos para consumir no mercado, bens e serviços essenciais aos direitos e dignidade humana são assumidos como eixo central da política pública de inclusão social, quando deveriam cingir-se a estratégias eventuais e/ou especificas e temporárias até a consolidação das políticas públicas universalistas de proteção social constantes no Título da Ordem Social da Constituição. Tudo se passa como se estivermos produzindo sofregamente uma caricatura dos EUA na área dos direitos de cidadania.

1.4 – NOVAMENTE A QUESTÃO POSTA

Em um primeiro plano, a nossa possível retomada de desenvolvimento e sua relação com a efetivação de políticas públicas universalistas de proteção social, referida no item 1.1 – A QUESTÃO POSTA, requer uma breve consideração, sob nosso viés, dessa relação no desenvolvimento capitalista, nos países europeus e na sequência, além da Europa. Ao final do século 19 e durante o século passado, esses países, no seu desenvolvimento, que incluía crescentes lutas trabalhistas, foram criando e pactuando, passo a passo das conquistas, variadas formas de reconhecimento e contemplação das necessidades e direitos humanos básicos dos trabalhadores e suas famílias, e na sequência, do conjunto da sociedade. Este momento do desenvolvimento do capitalismo europeu estava ainda marcado pela influencia dos princípios republicanos gerados nos novos pactos sociais edificados nas primeiras revoluções industriais: Inglaterra, França, Alemanha, países escandinavos e outros. O nascimento da "res" (coisa) pública mobilizava grande parte da sociedade civil, grandes pensadores, lideranças políticas e parte dos comandos militares. A expressão parlamentar da participação social ampliava-se gerando futuras e várias formas de parlamentarismo reequilibrando a soberania do Executivo, e as políticas públicas universalistas de proteção social iam sendo formuladas e implementadas gradualmente sob formatos, etapas, prioridades e momentos históricos de acordo com o processo próprio de cada sociedade e país. Espanha e Portugal, por exemplo, assumiam efetivamente essas políticas públicas nos anos 70 após a queda das longas ditaduras franquista e salazarista. Ao lado da participação decisiva do Estado, nos países europeus, no suporte estratégico e de infraestrutura do desenvolvimento industrial e econômico das nações, as políticas públicas de proteção social são as bases do que se chamou "social-democracia" européia, com rumos, formatos e prazos próprios definidos pelas nacionalidades. Esta relação Sociedade-Estado estendeu-se no século passado ao Canadá, e respeitando as profundas diferenças históricas e sócio-culturais, a países orientais como Japão, Coréia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e outros, além da Costa Rica na América Latina: cada um no seu formato e prazos. Com relação ao "modelo europeu" há análises que apontam influencia não pequena para seu avanço e consolidação, representada pela revolução russa de 1.917 e expansão dos Estados socialistas na União Soviética e Europa Oriental, o que suscitou estratégias mais avançadas do capitalismo europeu pela sua própria consolidação. De qualquer forma as políticas públicas universalistas de proteção social "modelo europeu" nos campos da saúde, educação, previdência social, segurança pública, meio ambiente e outros, vem se consolidando e desenvolvendo de maneira inabdicável pela relação Sociedade-Estado que também se desenvolve nos respectivos países. Além de incorporadas na cultura política por gerações, consolidaram fontes estáveis de

financiamento público: ou contribuições sociais vinculadas ao trabalho e proporcionais aos salários (modelo bismarckiano), ou recursos fiscais em geral de tributação progressiva sobre a renda (modelo beveredgiano), ou de coexistência ou combinação entre os dois. Estas políticas públicas foram ameaçadas e "arranhadas" mas não desestruturadas pelo "tachterismo" dos anos 90 e pela grande crise econômico-financeira de 07/08, devido às massivas mobilizações sociais e de seus agentes nos aparelhos de Estado. Ao contrário, aparentemente consolidam-se e atualizam-se às realidades contemporâneas, inclusive construindo parcerias público-privadas de interesse público, com clareza e segurança na diferenciação dessas parcerias com as pressões por privatização sempre presentes por parte do seguro privado e seus lobies.

Em outro plano, quanto às características do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e sua relação com as condições sócio-economicas e políticas necessárias à efetivação de políticas públicas universalistas de proteção social, permanecem desafios a nosso ver, inadiáveis e inabdicáveis quanto ao reconhecimento das diferenças estruturais e históricas com o "modelo europeu", mas também quanto a um possível momento histórico do "nosso capitalismo" a ser avaliado e vislumbrado a luz não somente das suas condições intrínsecas como também das reflexões e ensinamentos do "modelo europeu". Vemos que sem este esforço, continuaremos sob a pressão hoje hegemônica de mal caricaturar o modelo dos EUA. Consideremos por exemplo, o explícito distanciamento das políticas públicas em nosso país nos anos 90, em relação ao "modelo europeu", e também do provimento pelo Estado da infraestrutura necessária a um projeto consistente de desenvolvimento: exatamente o inverso de uma política social-democrata consequente. Vale transcrever trecho de depoimento da economista emérita Maria da Conceição Tavares em Janeiro/2000: "Após resistir os 21 anos de ditadura, a dúvida e angustia sobre o futuro do Brasil só começaram para valer a partir de 1.994: sem ter como canalizar a indignação ante a transição democrática apodrecida, o desmonte da Constituição e o retrocesso dos direitos sociais. Assisti ao massacre da desconstrução da nação, vendo em Brasília meus ex-companheiros de luta democrática irem se convertendo às leis do mercado e do império com uma naturalidade e uma falsificação de consciência que nenhuma tortura ou campo de concentração conseguiria provocar. Eram movidos pela vaidade e a arrogância de uma casta dirigente absolutamente segura de seu saber e do poder delegado."

Por isso, cremos que uma só medida a partir de 2003, já marcou importante diferença, que foi a correção do salário mínimo acima da inflação em cada período, que além da massa trabalhadora diretamente beneficiada, desencadeou grande sequência de inúmeros outros ajustes à remuneração do trabalho produtivo no pequeno, médio e até no alto empresariado, além da realização da transferência de renda a 13 milhões de famílias (mais de 40 milhões de pessoas), tudo isso reativando, ainda que em etapa inicial, um poderoso mercado interno que estava reprimido desde 1.964, e trazendo à luz o histórico debate sobre o papel estratégico do mercado interno em países como o nosso, e seu papel nas estratégias para o complexo mercado externo e para o enfrentamento das crises econômico – financeiras como a de 2007/2008. Medida essa, que revelou o imenso potencial de um novo projeto de desenvolvimento sócio – econômico, inclusive com o objetivo de evitar a enganosa separação entre a política econômica e a social, que camufla o projeto socialmente excludente. Esta trajetória poderá iluminar o momento histórico do "nosso capitalismo" no sentido de reverter a atual hegemonia para efetivar as políticas públicas universalistas de proteção social?

Além do significativo passo da inclusão social com elevação da renda familiar e inicio da retomada do mercado interno, e da importância da continuidade e aprofundamento desse processo, o decorrente avanço no nosso desenvolvimento capitalista propiciará um momento de pactuação social e federada no rumo da construção de uma real "social-democracia" brasileira?

Sendo a formação histórica do Estado brasileiro enraizada na lógica pré-republicana do patrimonialismo, centralismo/burocratismo, cartorialismo e corporativismo, pode-se avaliar que essa formação pouco cedeu e muito negociou no desenvolvimentismo de 1.945-1.963, reproduziu-se na ditadura, modernizou-se na globalização econômico – financeira a partir de 1.990, manteve nosso sistema tributário entre os mais regressivos e socialmente espoliadores do mundo e o caráter imperial do nosso presidencialismo. Neste referencial, como avaliar o significado e a potencia do "espasmo" democrático dos anos 80, que gerou o Título da Ordem Social da Constituição Cidadã, e a possibilidade de efetivação das políticas públicas universalistas de proteção social? Além do significativo passo da inclusão social com elevação da renda familiar e inicio da retomada do mercado interno, e da importância da continuidade e aprofundamento desse processo, o decorrente avanço no nosso desenvolvimento capitalista propiciará um momento de pactuação social e federada no rumo da construção de uma real "social-democracia" brasileira? E a decorrente efetivação de políticas públicas universalistas de proteção social, que seria a consolidação da inclusão cidadã e do processo de democratização do Estado? Quais os atores sociais, políticos e institucionais que compõem esse processo? ★

Leia a íntegra deste texto no site do Página 13: **www.pagina13.org.br**

A tarefa do próximo período e de sempre: organizar a classe trabalhadora

*Renata Rossi**

A vitória de Dilma neste segundo turno reafirmou a força do projeto político iniciado com a vitória do Presidente Lula ainda em 2002. A habilidade na condução de uma ampla política de alianças, a construção de um conjunto de políticas sociais cujos resultados se mostraram extremamente positivos e a capacidade de manter um diálogo direto com a maioria da população brasileira foram alguns dos seus ingredientes. E os resultados das urnas mostram um pouco de cada um deles.

Para o PT, que lidera a frente de partidos envolvidos nesse projeto cabe um enorme desafio: voltar-se a organização dessa classe trabalhadora que se ampliou enormemente neste governo e que adquiriu novas características, novas configurações.

Na década de noventa, o neoliberalismo foi devastador sobre a capacidade de intervenção do estado na economia, afetando também a capacidade de organização da classe trabalhadora. Marcado pelos maiores índices de desemprego da história gestou ainda o esfacelamento dos sindicatos através da intensa terceirização da força de trabalho que restava. Os trabalhadores, empregados ou não, viram-se diante de um vazio organizativo e de perspectiva. Não foi a tôa o crescimento do número de igrejas que prometiam o fim do sofrimento e o aumento de benefícios individuais. O mesmo com o fenômeno da literatura de auto-ajuda. Sinais de um tempo de desajuste social e de privatização da vida pública. Com os tradicionais instrumentos de organização da classe trabalhadora combalidos, os problemas da sociedade passavam a ser incorporados como questões individuais e cada um, à sua maneira, buscou reverter este quadro. Sem sucesso, vale afirmar.

A reversão deste quadro viria pós virada para o século XXI. Ao vencer as eleições em 2002, o governo do presidente Lula estabeleceu questões centrais para a superação do profundo quadro de pobreza e miséria do país. Programas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e de Transferência de Renda foram marcas da sua primeira gestão. Já no segundo mandato, mantendo o foco no desenvolvimento da economia nacional, investiu no setor produtivo e ampliou sua capacidade de intervenção através de grandes

O PT deve se preparar para esta tarefa mergulhando na construção partidária, resgatando a capacidade de refletir sobre as experiências vividas até aqui e sobre seus próprios rumos. Deve ampliar, finalmente, sua capacidade de diálogo com a classe trabalhadora compreendendo sua natureza e debatendo as questões que lhes são próprias de maneira coletiva e solidária, ideológica e libertadora.

investimentos em infraestutura responsáveis pela dinamização do mercado e ampliação do número de empregos.

O Presidente Lula findará sua gestão tendo gerado cerca de 15 milhões de empregos formais e tirando mais de 30 milhões de pessoas da condição de miséria. Entrará para a história como aquele que foi capaz de libertar milhares de brasileiros e brasileiras da pobreza, do analfabetismo e de relações de trabalho precarizadas. Os resultados das urnas mostram o reconhecimento do povo brasileiro às melhorias profundas nas suas próprias condições de vida.

No entanto, a campanha eleitoral mostrou também que existem desafios sobre os quais devemos refletir que apontam a fragilidade deste acúmulo. Afinal de contas, o que pensam estes trabalhadores? Por outro lado, como se configura a nova classe média, o que deseja e projeta sobre a sociedade em que vive? O que pensa em fazer sobre esta nova condição social? Como interpretam a relação entre o modo de vida e o lugar que ocupa nas relações de trabalho? Comunga de que valores?

As cansativas polêmicas sobre o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, levaram à migração de votos para a suposta terceira via – representada pela candidatura de Marina Silva – ou para a nulidade ainda ao final do primeiro turno.

Estes temas apareceram não pela sua merecida importância (o Brasil é um dos poucos países que ainda se submetem a leis punitivas sobre o aborto), mas por uma exploração conservadora e desleal da debilidade na formação das consciências destes eleitores, o que , em tese, não condiz com o grau de desenvolvimento econômico e social que o país experimenta.

Deste modo, temos um grande desafio pela frente: converter essa força eleitoral em força política. O Presidente Lula comandou um governo que cumpriu a tarefa de promover as condições estruturais de fortalecimento da classe trabalhadora. Cabe ao PT, dar cabo a este processo e cumprir sua tarefa que é a de organizá-la e dirigí-la no sentido do fortalecimento desse projeto.

O PT deve se preparar para esta tarefa mergulhando na construção partidária, resgatando a capacidade de refletir sobre as experiências vividas até aqui e sobre seus próprios rumos. Deve ampliar, finalmente, sua capacidade de diálogo com a classe trabalhadora compreendendo sua natureza e debatendo as questões que lhes são próprias de maneira coletiva e solidária, ideológica e libertadora. ★

***Renata Rossi** é integrante da Direção Nacional do PT

REGIMENTO

Convocado o Primeiro Congresso

Por acreditar que a vitória de 2010 abre um novo período, a **Articulação de Esquerda** decidiu convocar para os dias 8, 9 e 10 de julho de 2011 seu Primeiro Congresso. Vale dizer que entre 1993 e 1997, a tendência realizou seis seminários nacionais. E entre 1998 e 2009, realizou onze conferências nacionais. A seguir, *Tribuna de Debates* reproduz o regimento interno do Primeiro Congresso da Articulação de Esquerda.

REGIMENTO DO 1º CONGRESSO DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

1. O 1º Congresso Nacional da AE se realizará nos dias 8, 9 e 10 de julho de 2011, em São Paulo (SP), para debater a seguinte pauta:
a) balanço do período, até eleição de 2010;
b) estratégia e programa para o próximo período;
c) conjuntura e tática;
d) construção do PT e da AE;
e) eleição da nova direção nacional.

1.1. O secretariado nacional deve, por maioria absoluta de seus integrantes, definir a data do 1º Congresso, levando em conta a agenda do PT;

QUEM PODE VOTAR E SER VOTADO

2. Para votar e ser votado em qualquer etapa do 1º Congresso, é necessário ser assinante do Página 13 e estar em dia com a assinatura referente a todo o ano de 2010 e 2011 (janeiro-dezembro);

a) Até 29 de outubro de 2010, será divulgada a lista de militantes da AE em atraso com a assinatura do jornal Página 13 (ou seja, que deixaram de pagar em algum momento entre 2010 e hoje);

b) A lista indicará o nome do militante e o número de meses atrasados e o valor que deve ser pago (somando os meses em atraso de 2010 mais a assinatura de 2011).

c) A lista será enviada para as direções municipais e estaduais, que devem realizar campanhas de assinatura e conferir, no credenciamento dos respectivos congressos, se os militantes estão em dia.

2.2. Militantes do PT que ainda não são militantes da AE poderão ingressar na tendência, fazendo a assinatura do Página 13, até o dia do respectivo congresso municipal de base, desde que não haja recurso contra sua filiação à tendência.

a) Nestes casos, de quem não é militante da AE, é necessário fazer a assinatura do Página 13, mas não será necessário estar em dia com as assinaturas de 2010, bastando estar em dia com as assinaturas de 2011;

2.3.Militantes que se afastaram da tendência ou foram afastados por decisão de instância da tendência, não poderão votar nem ser votados em nenhuma fase do processo, salvo decisão em contrário da instância competente;

2.4. A ata do congresso de base deve relacionar nominalmente os militantes que renovaram ou que fizeram novas assinaturas do Página 13, para o caso de haver contestação e recurso às instâncias superiores da tendência, permitindo assim eventual recontagem do número de delegados eleitos.

CONGRESSOS DE BASE

3. Os congressos de base devem ocorrer entre março e abril de 2011:

a) Cabe às direções estaduais aprovar o calendário proposto pelas direções municipais e acompanhar os congressos de base;

b) Cabe às direções estaduais definir a abrangência dos congressos de base, que podem ser municipais ou regionais (agrupando vários municípios);
c) A pauta dos congressos de base é a mesma do 1º Congresso Nacional. O tratamento de outros assuntos só pode ser feito depois que for esgotada a pauta nacional;

d) Os/as militantes da AE só podem votar e ser votados em um único congresso de base.

CONGRESSOS ESTADUAIS

4. Os congressos estaduais da AE devem se realizar nos meses de maio e junho de 2011.

5. Nos estados onde a AE não possui direção estadual organizada, os respectivos congressos estaduais devem ser acompanhadas pela Direção Nacional da tendência;

6. Fica autorizada, nos estados onde não há direção estadual organizada, a realização facultativa de um congresso estadual sem congressos municipais preparatórios, sendo que neste caso a proporção para a eleição dos delegados nacionais será de 1 delegado para cada 16 militantes presentes no congresso estadual;
6.1.Nos estados onde há direção estadual organizada, esta pode solicitar à Direção Nacional da AE autorização para realizar congresso estadual sem congressos municipais preparatórios;
6.1.Esta autorização deve ser solicitada, concedida ou negada até no máximo o dia 30 de janeiro de 2011;

ELEIÇÃO DE DELEGADOS

7. A proporção de delegados é a seguinte:

a) 1 delegado estadual para cada 4 militantes presentes no congresso de base;

b) 1 delegado nacional para cada 4 delegados presentes no congresso estadual;

8. A ata das conferências, relacionando os delegados eleitos e os suplentes, deve ser encaminhada à Direção Nacional até o dia 5 de junho de 2011.

9.Caso as direções estaduais não encaminhem as informações até o dia 5 de junho, o credenciamento dos delegados só poderá ser feito por decisão da comissão de credenciamento.

CONGRESSO NACIONAL

10.O quorum para instalação e deliberação do I Congresso é de 50% mais 1 dos delegados eleitos nos congressos estaduais.

11. Participam da I Congresso Nacional:
a) Com direito a voz e voto, delegados/as eleitos nos congressos estaduais preparatórios;
b) Com direito a voz, nos momentos autorizados pela Mesa, todos/as os/as militantes da AE;
c) Sem direito a voz, salvo nos momentos previstos neste Regimento, convidados/as a critério da Direção Nacional da AE, em especial militantes da esquerda petista e representantes de outros setores do Partido;
d) Na sessão de abertura do Congresso, toda a militância petista.

12. Só serão credenciados/as os/as delegados/as e militantes que:
a) estejam com assinaturas em dia do Página 13, conforme explicado no ponto 2 deste regimento;
b) cujos estados de origem estejam em dia com suas contribuições financeiras com a Nacional até o dia 15 de junho de 2011. Este pagamento pode ser feito a qualquer momento e até o dia do credenciamento dos delegados ao Congresso Nacional;
c) a tesouraria nacional divulgará, até os dias 29 de outubro de 2010 e 5 de junho de 2011, a lista de estados em débito com a Nacional, bem como o respectivo valor devido;

PROGRAMAÇÃO E REGIMENTO INTERNO

13. A Programação e o Regimento Interno da Conferência serão submetidos à aprovação dos delegados, no dia 00 de julho, a partir das 9h00.

14. Aprovado o Regimento Interno e a programação, os delegados devem:
a) eleger a Mesa Diretora dos trabalhos, a comissão de emendas e a comissão eleitoral;
b) homologar ou alterar a comissão de credenciamento indicada pela direção nacional ou pelo secretariado nacional;

15. A Mesa Diretora dos trabalhos deve ser integrada por 3 membros, que dividirão entre si as tarefas de condução do I Congresso.

16. A comissão de emendas deve ser integrada por 3 membros, cabendo recolher todas as propostas de alteração do texto-base e apresentar, para a Mesa Diretora, aquilo que deve ser submetido à deliberação dos delegados.

17. A comissão eleitoral, composta por 3 membros, será eleita pelo Congresso e terá como tarefa apresentar aos delegados, para debate e deliberação, uma proposta de composição da nova Direção Nacional da tendência;

18. A comissão de credenciamento será indicada pela Direção Nacional da AE e composta por 3 membros, a quem compete credenciar os delegados, os convidados e observadores, bem como avaliar os recursos existentes e apresentar, à Mesa Diretora, aquilo que deve ser submetido à deliberação dos delegados;

TEXTO-BASE

19. 0 1º Congresso elegerá, logo após a eleição da Mesa, da comissão de emendas e da comissão eleitoral, um texto-base.

20. As propostas de texto-base poderão ser registradas, junto ao secretariado nacional da AE, a partir de 31 de dezembro de 2010 e até 31 de junho de 2011. Os textos bases poderão ter até no máximo 90 mil caracteres e devem abordar um ou todos os pontos da pauta do Congresso.

21. Para registrar um texto-base é necessário a assinatura de:
a) um membro da Direção Nacional;
b) ou 10 assinaturas de dirigentes estaduais, distribuídos por no mínimo 10 estados (portanto, 1 dirigente por estado);
c) ou 100 militantes de base em dia com suas assinaturas do Página 13.

22. O Página 13 eletrônico divulgará, a partir de 1 de dezembro de 2010 e até 30 de junho de 2011, com edições quinzenais, uma Tribuna de Debates do I Congresso da AE, onde serão publicados tanto propostas de texto-base, quanto artigos assinados por militantes em dia, bem como textos assinados por amigos da AE convidados pelo secretariado nacional a se manifestar.

23. O Página 13 divulgará três edições especiais, com as propostas de texto-base:
a) em sua edição da segunda quinzena de janeiro de 2011, em papel e por meio eletrônico, de maneira que esta edição esteja disponível nos congressos de base;
b) em sua edição da segunda quinzena de março de 2011, em papel e por meio eletrônico, de maneira que esta edição esteja disponível nos congressos estaduais;
c) em sua edição da segunda quinzena de junho de 2011, em papel e por meio eletrônico, de maneira que esta edição esteja disponível no Congresso Nacional;
d) Página 13 divulgará, nas edições acima referidas, os textos que forem enviados com as assinaturas exigidas, no prazo que será definido pela redação do jornal. Ou seja: signatários que queiram republicar seu texto, devem simplesmente reenviar no prazo definido, com a lista de signatários.

DEBATE NO CONGRESSO

24. Após a aprovação do texto-base, os delegados ao I Congresso nacional debaterão em plenária geral e/ou em grupos de discussão

25. Haverá na programação espaço para reunião das frentes de trabalho da tendência.

ELEIÇÃO DA DIREÇÃO

26. As chapas que disputarão a direção nacional devem se inscrever até as 14h00 do dia previsto para a eleição da direção (ver programação abaixo). A eleição das delegações e das direções será feita, tanto nos congressos municipais, estaduais e nacional, com base no estipulado pelo regimento interno da AE, ou seja: em caso de mais de uma chapa, proporcionalidade na composição das delegações, majoritariedade na composição das direções.

PROGRAMAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

08 de julho
09h - abertura do credenciamento
10h – reunião da Direção Nacional da AE
14h – abertura, aprovação do regimento interno, eleição da mesa, eleição da comissão de emendas e eleitoral. Homologação ou alteração da comissão de credenciamento.
15h00 - apresentação, debate e votação em plenária do(s) texto(s)-base
18h00 - jantar
20h00 - Abertura solene

09 de julho
09h - apresentação e votação de emendas sobre o tema estratégia e programa
12h – almoço
14h – apresentação e votação de emendas sobre o tema balanço da conjuntura e tática
19h – jantar
20h – apresentação e votação de emendas sobre o tema construção do PT e da AE

10 de julho
09h – plenárias das frentes de trabalho (frente de massas, frente institucional, frente organizativa)
12h – encerramento e almoço
14h - eleição da nova Direção Nacional da AE

27. Questões omissas neste regimento deverão ser decididas pela Mesa Diretora, cabendo recurso ao plenário de delegados. ★